



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 14**

Sessão Ordinária de Abril

3.ª Reunião de 10-05-2010

Aos dez dias do mês de Maio de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, Anabela de Almeida Saraiva, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:  
Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa e José Manuel Gaspar Martins (chegou às 20:45 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Rafael Alexandre Lopes Nevado e José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques e Anabela Almeida Saraiva, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e David Paiva Martins, se fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira e Paula Sofia Gonçalves Ramos, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa<sup>02</sup>, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Presidente da Mesa<sup>02</sup>

*“Deu entrada na Mesa um Voto de Felicitação, subscrito pelas bancadas do PPD/PSD, CDS/PP, PS e PCP e é do seguinte teor:*

«A Assembleia Municipal de Aveiro, saúda o S. C. Beira-Mar pela conquista do 1.º lugar na Liga Vitalis e consequente subida à Divisão Principal do futebol nacional.

A Assembleia Municipal de Aveiro felicita também a comissão administrativa do S. C. Beira-mar, nomeadamente o seu presidente, António Regala, pelo sucesso alcançado, fazendo votos para que o S. C. Beira-mar consiga alcançar a estabilidade administrativa e financeira que lhe permitam permanecer no escalão máximo do futebol português e seja um dos embaixadores desportivos de Aveiro e da sua Região».

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) <sup>03</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE) <sup>04</sup>

Vogal Marques Pereira (PS) <sup>05</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>06</sup>

(Entraram na sala os Vogais Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu e Bruno Miguel Ribeiro Costa).

Vogal João Barbosa (PS) <sup>07</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) <sup>08</sup>

#### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>09</sup>

**De seguida, o Presidente da Mesa<sup>10</sup>, colocou à votação o Voto de Felicitações ao S. C. Beira-Mar, sendo o mesmo aprovado por maioria.**

Continuando e no seguimento da deliberação tomada na reunião anterior, o Presidente da Mesa colocou à apreciação o Ponto 5. da Ordem do Dia.

#### **PONTO 5. – RELATÓRIOS DE SÍNTESE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DE GESTÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA ASSEMBLEIA;**

*(Este assunto foi agendado pela Mesa da Assembleia Municipal e a documentação distribuída a todos os membros desta Assembleia, faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

#### Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>011</sup>

*“Dando cumprimento à nossa Ordem do Dia: temos o Ponto 5. – Apreciação do Relatório de Síntese da Assembleia Municipal e de Gestão do Edifício Sede da Assembleia. Trata-se de uma*

*apreciação de uma documentação que em tempo útil foi entregue aos senhores deputados e com certeza passível de leitura.*

*Apenas deixem-nos, da parte da Mesa três palavras. A primeira é de reconhecimento aos nossos colaboradores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, na pessoa do Dr. Cartaxo e também do colaborador Artur, pelo trabalho exemplar que têm realizado e pelo alto desempenho da missão de Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal — como aliás este mesmo documento o comprova.*

*Como trata da síntese do ano de 2009, também uma palavra de referência a quem nos procedeu aqui: à Dr.<sup>a</sup> Regina Bastos, à restante constituição da Mesa, à restante constituição do plenário e dos deputados municipais (parte dos quais aqui presentes) e de que resultou esta actividade do plano de 2009.*

*Por último, uma palavra também de referência à colaboração com a Câmara Municipal de Aveiro, que como poderemos ver nas páginas 8 e 9, na análise de utilização de espaços da sala de plenário e da galeria do edifício sede da Assembleia Municipal, poderemos concluir que por exemplo a sala de plenário foi utilizada 23 vezes pela Assembleia Municipal e 28 vezes para outros eventos. Em que destacamos as reuniões da Rede Social de Aveiro, as evocações do Dr. Mário Sacramento, os lançamentos dos diferentes tipos de livros, debates, palestras, a homenagem a Jorge Sarabando, os encontros de São Gonçalinho, entre outros eventos que decorreram e que dignificaram o uso extra plenário deste hemiciclo de referência para a cidadania e o exercício da cidadania aveirense.*

*Por outro, lado a sala de exposições ou galeria do edifício sede da Assembleia Municipal, também contou no ano de 2009 com diferentes e significativas exposições. Relembro: Dos Artefactos à Escrita; uma das principais exposições do Aveiro 250 Anos.*

*A comemoração do Dia da Marinha, que tivemos aqui uma exposição alusiva ao Dia Nacional da Marinha. A homenagem a José Estêvão, e da Bienal de Cerâmica (um dos pólos), bem como os 100 anos da primeira geminação com Viana do Castelo — entre outras actividades.*

*E era isto que tínhamos a referir. Este documento é um documento de apreciação. Se algum dos senhores deputados desejar inscrever-se, a Mesa fica ao dispor.”*

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

*“Boa noite Senhor Presidente. Só quero realmente dizer que é um documento bastante válido que demonstra aquilo que esta Assembleia Municipal elaborou durante o ano de 2009, embora nenhum dos membros que aqui estão nesta bancada fizessem parte deste ano de Assembleia, porque esta bancada é completamente renovada e só realmente no final do ano de 2009 é que assumimos o nosso lugar.*

*De qualquer maneira, fiz uma leitura deste documento e acho que é um documento bastante importante para realmente ficar registado o trabalho da Assembleia Municipal, que muitas vezes passa despercebida nos jornais, nas pessoas, nos próprios elementos da Câmara passa um pouco despercebido, infelizmente.*

*Portanto acho que é um documento extremamente válido e que realmente deve ter continuidade e se calhar não só anualmente, mas trimestralmente — como já o temos também aqui observado, ele deve ser feito. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [013](#)

*“Obrigado Senhor Presidente, boas noites. Sobre o documento, como o Senhor Presidente disse, trata-se de um documento relativo a uma época negra nesta Assembleia, em que a Assembleia foi dirigida autocrática mente pela Dr.<sup>a</sup> Regina Bastos, coisa que o Sr. Dr. está a fazer esquecer com alguma celeridade, o que é bom e que entra no espírito democrático e progressista dos aveirenses.*

*Gostaria apenas de enaltecer o bom trabalho que foi feito pelo então Primeiro Secretário Prof. Celso Santos, que sempre que esteve à frente da Assembleia a dirigiu com mestria, sabedoria e evitando tudo aquilo que acontecia sempre que a Dr.ª Regina Bastos assumia a liderança.*

*E por fim mas não por último, enaltecer e louvar o trabalho dos funcionários desta Assembleia nomeadamente aqueles que estão aqui presentes, Dr. Cartaxo e Dr. Artur, que de facto têm desempenhado e aliás esse documento atesta-o, um papel fundamental no desenvolvimento dos trabalhos desta Assembleia.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [014](#)

*“Muito obrigado. Bom este documento Síntese de Actividade do ano, é um documento que já vimos sendo apresentados com ele há vários anos — e é sempre com agrado que o recebemos porque também nos ajuda a sistematizar os assuntos que vão sendo tratados nesta Assembleia Municipal.*

*Como sempre, estes documentos mostram-nos algumas realidades que não são boas e outras que são agradáveis de recordarmos. Uma delas, gostaria de reflectir aqui nesta Assembleia Municipal, tem a ver com o facto de nós elegermos um conjunto de pessoas para diferentes Comissões e que depois não têm a mínima consequência, porque a maior parte das vezes nem sequer reúnem! E isso parece-me que devemos tomar qualquer atitude. E por isso aquilo que pedia e estamos no início do mandato é, se se continuar a verificar nós próximos tempos esta situação, é de questionar as diferentes entidades para o facto de haver Comissões que por lei são obrigadas a serem constituídas e que por isso têm que funcionar. Se não funcionarem, então há que tomarmos alguma atitude. E acho que esta Assembleia Municipal também tem o dever (não só de fiscalizar) de ter uma acção fiscalizadora sobre a Câmara Municipal, mas também sobre diferentes entidades, sobre as quais tem por direito pronunciar-se.*

*E engraçado, também, por ironia do destino, é que há uma Comissão que até funciona bem, que até reúne, que é a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro, que normalmente realiza 4 reuniões por ano, e que é normal os membros indicados por esta Assembleia faltarem!? E aqui também a mesma atitude que nós devemos ter para com aquelas comissões que não reúnem. Aqui também devemos chamar a atenção pelo facto de algumas das pessoas que nós indicámos não terem aparecido nenhuma vez — o que me parece que é uma atitude de todo injustificada. Por exemplo, há aqui uma senhora que se chama Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Cristo, que não esteve presente em qualquer uma das 4 reuniões que tiveram lugar! E isso parece-me também que a Mesa devia questionar qual a razão destas ausências, se é que estas nossas representantes não querem assumir o lugar, sendo assim acho que nós devíamos eleger outras pessoas para que nos representassem melhor.*

*Também em relação a este documento, acho que deve ficar para a história são as deliberações/recomendações que esta Assembleia aprova e não as deliberações que são apresentadas nesta Assembleia e rejeitadas. E isto vem a propósito de uma proposta/recomendação que penso que foi rejeitada por uma larga maioria e que tem direito a figurar com o texto integral neste resumo. E parece-me que isso é um exagero, não é. Porque se a proposta não teve o consenso, parece-me que não faz sentido que possa estar nos resumos daquilo que se passa de importante nesta Assembleia.*

*Por fim só referir só mais dois pontos. O primeiro tem a ver (e seguindo por ordem), há sempre e eu acho muito interessante também uma síntese daquilo que nós dizemos no Período de Antes da Ordem do Dia. É interessante a maneira como às vezes aparecem aqui algumas frases, eventualmente que sintetiza toda uma intervenção. Às vezes peca por realmente não se perceber bem o enquadramento, mas eu acho que é preferível estas frases estarem cá do que não ter nada e por isso acho que esta parte é interessante. Só pedia, era que se corrigisse um erro, que acho que não devia estar cá, onde diz numa das minhas intervenções, diz que ditou a*

*marcação desta, não é secção é Sessão. Por fim ou quase por fim, ainda uma referência a estes custos virtuais da Assembleia Municipal. Quero dizer que achei interessante que esta Assembleia Municipal não tem receitas, mas tem receitas virtuais. E tem umas receitas que se fossem cobradas dariam duzentos e setenta e quatro mil euros mas não cobradas e por isso são receitas virtuais e que aqui estão todas explicadinhas estas receitas virtuais desta Assembleia Municipal. Mesmo quanto custa cada uma das nossas Sessões vêm aqui feitas estas continhas todas. Não há dúvida, que é interessante.*

*E por fim, e agora sim é que é por fim, e que também já vem sendo habitual, porque é justo dizê-lo, uma referência aos Serviços desta Assembleia. E dizer que é um luxo os serviços que esta Assembleia tem de tão bons que são. Muito obrigado Dr. Cartaxo, muito obrigado Dr. Artur.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>015</sup>

Presidente da Mesa <sup>016</sup>

**PONTO 3. – RELATÓRIO DE GESTÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS, BALANÇO SOCIAL E INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO, RELATIVOS AO ANO DE 2009 DA CÂMARA MUNICIPAL, 2.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2009 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO;**

*(A [deliberação](#) tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 20/04/2010, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>017</sup>

Vereador Carlos Santos <sup>018</sup>

Vereador Pedro Ferreira <sup>019</sup>

Vereadora Maria da Luz Nolasco <sup>020</sup>

Vereador Miguel Soares e Fernandes <sup>021</sup>

Vereadora Ana Neves <sup>022</sup>

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa <sup>023</sup>

*“Senhores Deputados, então iríamos iniciar o período de inscrição, mas apenas referir em termos de metodologia, que obviamente faremos a discussão em conjunto de todo o pacote das Contas e depois a votação dos assuntos que há a votar, são apenas dois neste ponto e serão votados em separado.”*

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>024</sup>

*“Senhor Presidente, Senhores deputados, o Senhor Presidente da Câmara na intervenção que fez no início da apresentação deste Ponto, referiu o facto de terem acontecido eleições autárquicas e a tomada de posse e o novo executivo, e sugeriu também que os aveirenses já referendaram os actos que constam destes relatórios e destas contas, pelo menos em parte.*

*Eu queria dizer de forma muito clara que, do ponto de vista político, todos estarão de acordo, que não há diferença nesta maioria relativamente à maioria anterior! Esta maioria é a continuidade política da maioria anterior, e que na minha opinião se os munícipes (é sempre difícil falar do que seria se fosse de outra maneira), eu tenho para mim que se calhar os resultados conseguidos por esta maioria não seriam idênticos caso as Contas de 2009 já fossem públicas, se já fossem tornadas públicas.*

*Primeira questão que se coloco é uma questão quase metodológica, geral. É a apreciação e a discussão do conjunto de documentos incluídos neste Ponto da Ordem de Trabalhos, que sentido é que tem? Isto é: estamos perante uma discussão técnica ou perante uma discussão política?*

*Estamos a discutir o desempenho do executivo ou a verdade das contas?*

*A resposta certa no meu ponto de vista é que ela inclui os dois aspectos necessariamente — o técnico e o político. Mas então, quando votamos, qual é a vertente que deve ser valorizada a técnica ou a política?*

*Por outras palavras. Se os documentos estiverem tecnicamente correctos, tecnicamente impecáveis, isto é se reflectirem rigorosamente a realidade de um município e da sua actividade municipal, devem merecer ou não o voto favorável com qualquer que seja o juízo formulado acerca do desempenho da Câmara?*

*É uma interrogação que fica. Isto é, vamos admitir que as Contas são rigorosas e o julgamento é negativo, e que a maioria desta Assembleia considerava que a Câmara teve um mau desempenho, chumbava as contas? As contas voltavam à Câmara, mas a Câmara não podia apresentar outras porque estas são as contas correctas. Portanto, assim, independentemente que do juízo que venha a manifestar relativamente ao que fez a Câmara durante o exercício de 2009, o meu primeiro olhar, a primeira reflexão, vai para o rigor das Contas.*

*E quem estará na melhor condição, em melhor posição, dado o seu papel e as suas funções para nos falar do rigor das Contas, quem estará em melhor posição que ROC (Revisor Oficial de Contas), a entidade revisora de contas.*

*Vamos então ver o que é que nos diz, entre outras coisas, a certificação legal! Diz-nos no ponto 8, (diz o ROC) que “...do nosso exame, anotámos ainda que existem dívidas a pagar num montante de cerca de vinte e um milhões de euros, que não se encontram reconhecidas nas contas do município”. Ora, o Revisor de Contas diz-nos que há vinte e oito milhões de euros de dívidas que não estão reflectidas nas contas?! Isto não é coisa pouca! Não são mil euros. São vinte e um milhões?!*

*Para mais adiante nos dar o seu parecer, e dá-nos o parecer. E qual é o parecer que está na alínea que consta a linha a) do parecer? Que o Relatório de Gestão e as Contas de 2009 do município de Aveiro sejam aprovadas com as ‘reservas’ constantes da justificação de algumas Contas...!*

*Ora aquilo que era expectável, Senhor Presidente, depois do que referira o ROC, o que era expectável é que na vossa intervenção inicial, antes de qualquer outra referência, nos dissessem porque é que o ROC escreve isto? Porque é que o ROC recomenda que as Contas sejam aprovadas com reservas?*

*Ora estas reservas para nós elas não existem nesta Assembleia. Não temos forma de aprovar com reservas. Ou aprovamos ou reprovamos — não é possível aprovar com reservas.*

*Portanto vamos observar de que forma é que foi feita a aprovação na Câmara. Não há qualquer referência na Câmara às reservas. Reservas para quê dirá a Câmara?!*

*Portanto as Contas chegam à Assembleia da mesma forma que chegaram ao Revisor Oficial de Contas. É por isso que eu entendo, salvo melhor esclarecimento, que não podendo nós formular reservas (ou aprovamos ou reprovamos, até porque não temos competência para aprovar alterações), portanto a pergunta é se as Contas reflectem a realidade do município?*

*Quanto a mim o ROC responde de forma clara: – não, não reflectem, há pelo menos uma diferença de vinte e um milhões de euros.*

*Portanto, no meu entender, as Contas não devem ser aprovadas. E acho mesmo que a Assembleia dará um passo muito grave, do qual desde já me dissocio, se vier a aprovar Contas que segundo o ROC omitem uma realidade mais grave do que aquelas que neste documento são descritas.*

*Quanto ao julgamento político. O mandato de 2009 representa para esta maioria, no meu ponto de vista, o fim de um prazo de tolerância.*

*Foi possível até finais de 2008 falar da pesada herança — tal foi de facto a situação transitada dos seus executivos socialistas. Mas 2009 foi o ano em que entraram em plena execução as principais opções da maioria PSD/CDS. E qual foi o resultado? Até melhor demonstração um fracasso, um desastre e uma ameaça.*

*Nem sequer me vou alongar nas ridículas taxas da execução dos planos para 2009, que se cingem aos 33%. Pode a senhora vereadora falar também de equilíbrio entre as receitas e as despesas na execução Orçamental — até parece que podia ser de outra maneira senhora Vereadora!?. Não pode ser de outra maneira. O Orçamento equilibra as despesas e as receitas. O problema não está no equilíbrio entre aquilo que foi recebido e o que foi pago. O problema está no desequilíbrio entre aquilo que a Câmara recebe e os compromissos que assume. Era o que faltava!*

*Mas voltando, não me vou alongar na taxa da execução. Como soubemos, o Plano Saneamento era irrealista! O Plano era irrealista.*

*Portanto não é grave esta taxa da execução, apenas confirma aquilo que afirmámos na discussão do Orçamento. Fracasso e desastre são outras coisas que não a taxa da execução.*

*O ano de 2009 foi o ano crucial do saneamento financeiro. Entre Outubro de 2008 e Dezembro de 2009, entraram nos cofres do município cinquenta e oito milhões de euros, contratados no Contrato de Saneamento Financeiro, sendo utilizados cerca de quarenta e um milhões. Há oito milhões que estão no banco desde Março do ano passado a pagar juros e que não são movimentados!? Se a Câmara não precisava de os utilizar expliquem lá como isso é. É evidente que estão no saldo bancário, estão na relação de dívidas bancárias, mas expliquem lá melhor para eu perceber, porque não me parece suficientemente explicado. Ou então sou eu que não entendo! Não há problema. Ora corrijam-me se estou enganado: o principal objectivo deste empréstimo era a transformação da dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, certo? Trata-se de um objectivo absolutamente falhado. A 1 de Janeiro de 2009, essa dívida era de 38,4 milhões de euros. Depois de terem entrado quarenta e um milhões de empréstimo a dívida passou para 47,3 milhões. E é como se nada tivesse acontecido! Antes pelo contrário. Pior! No que diz respeito a curto prazo a Câmara deve mais e deve a mais gente. A dívida de curto prazo passou de 38,5 para 47,3 milhões. E no princípio, a 1 de Janeiro, devia a setecentas e setenta e uma entidades e agora deve a mil e trinta e três entidades. Deve mais e deve a mais gente!*

*Como se não bastasse, o passivo global passou de 157,4 milhões para 183,1 milhões!? Um aumento global de 26 milhões de euros! Que representam o fracasso de uma política.*

*É neste quadro do desastre que desarmam os pareceres do ROC. As Contas são apenas parte do iceberg que ameaça o município. Escondidos estão os resultados dos processos judiciais e o que isso acarretará realmente de encargos para o município de Aveiro conforme consta do Relatório.*

*Escondidos estão por plasmar os 21,2 milhões de dívidas, não incluídos nas Contas. Mais os trinta e seis milhões de compromissos assumidos a 31 de Dezembro, que deverão cair maioritariamente durante o ano de 2010.*

*Qual é então a ameaça? A ameaça é o que estes números revelam e o que eles não mostram. A Câmara criou expectativas junto dos aveirenses com o Plano a que chamou Saneamento Financeiro e desperdiçou essa oportunidade! Após empréstimo de cinquenta oito milhões, mas oito ainda estão no banco, entraram efectivamente quarenta e dois milhões de empréstimo de*

saneamento financeiro, que não erradicaram nem diminuíram a dívida de curto prazo, e com isto aumentou a dívida global.

*Estamos assim a 1 de Janeiro com apenas dezasseis milhões do empréstimo por utilizar. Mesmo com o encaixe da alienação da água a situação não poderá ser resolvida sem alienação de património, sem uma alteração substancial da estrutura das despesas municipais. É altura senhor Presidente e Senhores Deputados de começar a gizar, um verdadeiro plano de emergência, porque a solução não será invertida sem que a Câmara assuma não o buraco que herdou, mas o buraco que está a criar agora, e partir para o verdadeiro saneamento financeiro. Tenho dito.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>025</sup>

*“Ora bem, do Relatório da Câmara, diz o Relatório da Câmara que se fazia o saneamento financeiro em quatro grandes pilares fundamentais. O processo de reequilíbrio financeiro do município, projectos municipais de desenvolvimento estratégico e sustentável co-financiado, compromisso de solidariedade municipal no contexto da crise económica e social e por último as políticas municipais de participação cívica e de reforço do sentimento de comunidade aveirense.*

*Da primeira análise que se pode fazer deste relatório, uma análise política e técnica, a primeira certeza é que dois destes pilares falharam redondamente! E dois graves! O primeiro é o processo de reequilíbrio financeiro do município. E o terceiro solidariedade municipal no contexto da crise económica. Porquê? Porque em duas frases este relatório de contas diz-nos basicamente que a Câmara teve uma taxa de execução de 33%! Ou seja, fez um terço daquilo que se propôs a fazer e aumentou o passivo mesmo assim em 25 milhões de euros.*

*Eu não percebo como é que assim se chama processo de reequilíbrio financeiro ao que quer que seja. Mas deste agravamento da situação das finanças da Câmara, para além de se salientar o aumento do passivo e de que a Câmara fez pouco comparado com o que se comprometeu a fazer, há que ter em conta de facto os aspectos da certificação legal.*

*O aspecto que o PCP já aqui apontou, que existem dívidas, pelo menos segundo a certificação legal, dívidas por pagar, no montante de cerca de vinte e um milhões e duzentos mil euros que não se encontram reconhecidas nas Contas do município.*

*Mas o mesmo relatório diz também, existem cerca de trinta e seis milhões e trezentos e quarenta mil euros de compromissos assumidos pelo município, que previsivelmente se transformarão em passivo num futuro próximo!?! E relativamente a estes dois aspectos da certificação legal das Contas, eu pedia ao executivo que tentasse dar uma explicação o mais razoável possível. Mas não é só por aqui que gostávamos de ir. Gostávamos de ir também pela leitura política do que é este relatório de contas. E nesse âmbito, eu gostava de lembrar e aqui referindo-me ao ponto 3 ou ao pilar 3, o compromisso de solidariedade municipal no contexto da crise económica. Gostava de lembrar alguns aspectos que já foram discutidos aqui, como é que uma Câmara, por exemplo, que tem um passivo, que vê o passivo aumentar desta maneira, aqui por exemplo, perdoa impostos tão facilmente à introdução de empresas de grupos como a Martifer.*

*Eu gostava também de referir, por exemplo o que vem sobre a água! Diz este relatório por exemplo que se congelaram (e eu concordo com isso) as tarifas da água para toda a população por causa da crise económica.*

*Ora muito bem, acho que na entrada do município de Aveiro na ADRA esse objectivo social ficou completamente esquecido porque a primeira coisa que aconteceu já, foi anunciarem o aumento da água para todos os cidadãos. E pronto para já fico-me por aqui.”*



Vogal Paulo Marques (CDS/PP) <sup>026</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>027</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Como o senhor Presidente da Câmara escreveu ou mandou escrever nos documentos de Prestação de Contas que aqui nos foram apresentados, 2009 é um ano que vai ser recordado — não pelas melhores razões, claro. E infelizmente com a manutenção desta equipa à frente do município, não auguramos que o presente ano corra melhor.*

*De facto é muito difícil fazer pior. De tal forma que se o que aconteceu em 2009 se voltar a repetir este ano, o que é mais do que certo, porque sabemos que a nova Vereadora das Finanças pese embora a sua boa vontade, vai sucumbir aos desmandos dos vereadores que transitaram da anterior vereação. Senhor Presidente pode candidatar-se, mais a sua equipa, ao prémio Nobel da gestão autárquica — da má gestão, claro! Estou certo que tem grandes hipóteses de obter o galardão.*

*Não vamos perder muito tempo com a análise dos elementos fornecidos. Mais do que das palavras de um economista, a Câmara de Aveiro está a precisar é de um padre para lhe ministrar a extrema-unção, tal a situação em que se encontra — aproveitem agora que vem cá o Papa!*

*No entanto, o respeito pelos eleitores que nos elegeram, faz com que nós tenhamos de aqui dar duas ou três notas sucintas do que está transcrito nos documentos, ter acontecido em 2009!? Todos se lembram do Plano de Saneamento Financeiro proposto e aprovado e aqui tantas vezes louvado pelo Senhor Presidente e na altura também o Vereador das Finanças Dr. Pedro Ferreira — porque até deu lugar a uma apresentação pública com o PowerPoint e tudo.*

*O tal Plano que ia resolver o problema dos credores da Câmara, “que tinha de ser”, lembram-se? Uma pessoa de bem e tal... O tal Plano de Saneamento Financeiro que iria fazer com que a Câmara poupasse não sei quantas centenas de milhares de euros por mês.*

*Como sabem esse Plano foi aprovado e no seu seguimento foi cometido, foi feito, um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros. E até ao final de 2009 foram utilizados cinquenta milhões destinados a pôr a zero as dívidas de curto prazo.*

*E sabem o que aconteceu em 2009 com a aplicação do Plano de Saneamento Financeiro? Não só aumentaram as dívidas de médio a longo prazo da Câmara em 9,6 milhões de euros, como aumentaram (pasmem) as dívidas de curto prazo!? As tais que era para pagar porque a Câmara tinha de ser uma pessoa de bem (em cerca de nove milhões de euros). A dívida da Câmara apesar de todos os pagamentos de dívidas que fez durante o ano em espécie, apesar do recebimento da tranche, da primeira tranche (daquele negócio horroroso que lesa Aveiro, o negócio das águas) de cinco milhões e meio de euros, a dívida aumentou em cerca de dezoito milhões e meio de euros, e atingiu cerca (no fim do ano) de 154,7 milhões de euros!?*

*E o passivo da Câmara, como o senhor Presidente gostava muito de falar aqui antigamente, ultrapassou os cento e oitenta e três milhões de euros.*

*Isto o passivo do grupo municipal — e só estou a contar com a Câmara, os SMAS, e a Moveaveiro.*

*Se levarmos em linha de conta as reservas expressas pelo ROC no relatório de revisão de contas, na certificação de contas da Câmara, ultrapassava os trezentos milhões de euros. Trezentos milhões de euros, mais propriamente 311, 039 milhões.*

*Não vou aprofundar isto, não vale a pena perder muita cera em fraco defunto.*

*Mas apenas dizer que, o resultado dos exercícios de 2009 foram também desastrosos, deram 21,2 milhões de euros de prejuízo! O que a juntar aos 18,5 milhões de euros de prejuízos que este executivo tinha dado no ano passado, elevou o montante de prejuízos transitados para quase quarenta milhões de euros.*

*Como eu disse ao princípio é difícil fazer pior. Dois anos, prejuízos transitados, quarenta milhões de euros!? E mesmo assim, segundo nos diz o Revisor Oficial de Contas no seu*

relatório, não constam das contas 21,2 milhões de euros de dívidas a pagar, cujas facturas foram certamente “esquecidas” na gaveta. Se este montante fosse como devia, incluído na demonstração de Resultados do Exercício, os prejuízos da Câmara Municipal de Aveiro teriam atingido mais de quarenta e dois milhões de euros só no ano de 2009.

Mas não é tudo. Para fazer transparecer que a Câmara ainda não está totalmente falida e devia hastear a bandeira branca e entregar-se aos credores, reconhece este ano um conjunto de imóveis no valor de trinta seis milhões de euros (que aumentaram no seu activo) aumentando o montante do património municipal, que mesmo assim apenas atinge 164,8 milhões de euros — cerca de trinta milhões de euros a menos do que o passivo municipal. Valor que mesmo assim, este valor 164,8 milhões de euros, mesmo assim, conforme o Revisor de Contas atesta, está muito francamente sobreavaliado. Aliás, se calhar não é por acaso que algumas coisas acontecem; mas já vamos ver.

Mas como vossas excelências sabem, a Câmara tenta esconder a realidade, não fornecendo os elementos que devia fornecer (e não conseguimos avaliar nós aqui, deputados municipais) na sua plenitude o ‘exagero’ dos valores constantes da avaliação patrimonial.

Eu desafio alguém com a avaliação patrimonial que nos foi dada e o inventário que nos foi dado, alguém saber a que corresponde qualquer um daqueles valores? Felizmente eu tenho um processo original, um inventário original, que como sabem esteve muito pouco tempo on-line, pois foi só um dia ou dois, no outro dia retiraram-no, coisa que nem todos os elementos desta Assembleia possuem.

Finalmente e para acabar duas notas avulsas. Se repararem com alguma atenção, embora a dívida do empréstimo de saneamento financeiro fosse em 01/01/2009 de trinta e seis milhões de euros, e a tranche de catorze milhões apenas fosse utilizada posteriormente, os juros que acarretou o empréstimo no total, o empréstimo quase não tem juros! O que está aí nas Contas, é só o empréstimo, só a parte utilizada do empréstimo de Saneamento Financeiro, e deu lugar ao pagamento de dois milhões oitocentos e vinte e um mil euros de juros.

Mas este ano Senhor Presidente, quando se acabarem os 11 milhões de euros que andam para aí a pedir a todas as alminhas para receberem (que é o dinheirito que vem das águas) da tal venda que foi feita por cinquenta anos, da gestão de todo o património que tínhamos e da receita e da tesouraria, o que é que vai fazer? Assim que gastar isso como faz?

Porque a primeira tranche desapareceu sem ninguém ver. Com os onze milhões fica apenas a receber sete — está estoirada a massa!? E quando não houver dinheiro das águas? Porque o próximo dinheiro das águas só vem em 2012, segundo estava previsto. Não sei se virá ou não, mas só vem em 2012 e é a última tranche, são cerca de sete milhões. O que é que vamos vender a seguir? A Câmara?

Uma nota especial para as transferências feitas durante o ano de 2009 para as Juntas de Freguesia.

O que nós verificamos de alguma forma, foi a forma arbitrária e politizada como são feitas. Por exemplo, a Freguesia da Vera Cruz como sabem tem um socialista à frente. A Freguesia da Glória tem um homem muito respeitável à frente, que não é do Partido Socialista. A Freguesia da Glória recebeu 100,6 milhares de euros de transferências; a Freguesia da Vera Cruz recebeu 55,1!?

Outros exemplos. Freguesia de Eirol e a Freguesia de Eixo. Está claro que não são exactamente da mesma dimensão, mas podemos analisar como da outra. A Freguesia de Eixo recebeu 150,9 milhares de euros e a Freguesia de Eirol recebeu 71,4 milhares — menos de metade!

Reparem que a Freguesia da Vera Cruz recebeu 55,1 milhares de euros. Um pouco mais apenas do que a Freguesia de Nariz que recebeu 48,5.

E se repararem então entre as Freguesias de maior dimensão e do que estamos a falar: São Bernardo com 136, Oliveirinha com 156, Eixo com 150, Aradas com 132... Verificamos uma

*coisa interessante: transferências para a Freguesia de Santa Joana 502,7 milhares de euros. Quase tanto como para as outras todas.*

*Enfim, nós sabemos que o Senhor Presidente da Junta passa muito tempo pela Câmara, mas de facto tem dado bons resultados.*

*Uma nota final que não quero falar muito mais sobre isto. O débito que a Câmara de Aveiro já tem à CIRA. Em 31 de Dezembro já tinha 2,63 milhões de euros?! Bem me parecia que o Senhor Presidente Élio Maia não aparece às reuniões não só porque não sabe e não tem capacidade como devia, para que o município, que é capital do distrito, liderasse a Comunidade Intermunicipal — se calhar não vai porque tem vergonha do calote. Disse.”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [028](#)

*“Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu depois desta intervenção, quase que me questionaria o que é que nós estamos aqui a fazer? Isto é tudo catastrófico, acabou o mundo e pior do que isto não pode haver. Talvez, se olharem um bocadinho à volta, talvez cheguem a outras conclusões! E talvez se subirem um bocadinho o olhar, aí se calhar acabam por chegar a conclusões ainda mais impressionantes daquilo que de facto tanto vos impressiona. Mas há aqui uma questão técnica e há de facto uma leitura política a fazer destes documentos. E era sobre isso que eu me gostaria de centrar na minha apreciação, despida de todos os istmos com que a oposição, normalmente o Partido Socialista, carrega toda e qualquer intervenção que faz apenas para dar ênfase à sua intervenção e nada mais. Porque não é com isso que acrescenta rigor do que quer que seja à sua análise. Portanto e vou começar precisamente pelo relatório do ROC.*

*O ROC fez o seu trabalho sério, honesto, e naturalmente que perante o exame que faz assinala aquilo que lhe parece a ele, em seu entender, dever registar. E registou.*

*E eu não acho onde é que haja aqui verdadeiramente um alarme, um problema, naquilo que o ROC escreve. Não. Acho que o ROC certifica as Contas. Não acho, tenho a certeza. E dá um parecer favorável sobre as contas.*

*Está aqui, por muito que vos custe. Porque a leitura que vocês fazem é uma deturpação de facto, uma deturpação das conclusões a que chega o ROC e vou passar à frente, porque disso eu também sei alguma coisa.*

*Meus senhores, esta Câmara está a apresentar um Relatório de Gestão que vem até à exaustão. Não há a menor dúvida relativamente àquilo que aqui está. Espelha, acho eu, bem as actividades do município e cumpre muito bem a sua função de relatório. Podem dizer o que quiserem. Esta é a realidade. E portanto este relatório de gestão é extremamente minucioso e é da maior transparência.*

*Relativamente às Contas, de facto, apresenta-se aqui um Activo que é superior ao do ano anterior em quarenta milhões de euros (números redondos). E muito por força de uma reavaliação do Activo Imobilizado — qual é o problema? É o Revisor Oficial de Contas ter considerado que houve uma sobrevalorização? Qual é o critério do ROC? Por favor!*

*Portanto estas Contas no meu entender espelham a realidade que é o município. E ao nível do activo líquido, há claramente um aumento do valor que está consagrado no Balanço.*

*O Passivo naturalmente também aumenta. Mas se forem ver bem, rubrica a rubrica, até verificarão que as rubricas dos fornecedores diminuí. Portanto há de facto um aumento do Passivo a médio longo prazo, sem dúvida — mas isto significa consolidação do Passivo. Quando se transforma dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, nós estamos a fazer uma boa política de gestão (autárquica ou empresarial ou doméstica). Estamos a fazer uma boa política de gestão. Estamos a consolidar o Passivo. Está claramente explicado aqui assim! Está claramente explicado!*

*E basta ler aqui assim. Há de facto um aumento de recurso a instituições de crédito e há aqui um adiantamento por conta das Vendas. Todas as outras rubricas, essencialmente as rubricas dos fornecedores, diminuí. E isto é importante que se diga. Porquê? Porque foram pagas.*

*Mas também há aqui assim uma componente forte que são os Acréscimos e Diferimentos, com um acréscimo de 7 milhões. É evidente que isto pesa.*

*E se verificarem, os Fundos Próprios, com estes fluxos todos com estes movimentos de fluxos próprios, aumentam em vinte cinco milhões de euros de um ano para o outro.*

*Isto quer dizer que aumenta, apesar de continuarmos com endividamento líquido superior àquilo que está estabelecido (e muito bem indicado pelo ROC) e que é uma preocupação de todos nós o endividamento líquido da Câmara.*

*É evidente que aumentam os Fundos Próprios. Aumentando os Fundos Próprios, aumenta a solvabilidade do município. E portanto estamos bem, no bom caminho. Ainda não estamos lá!? Meus senhores estamos muito longe, mas estamos no bom caminho e isto é importante.*

*Foram dados passos seguros e só quem não sabe ler ou quem não quer ler ou deturpar a realidade é que vem para aqui dizer o contrário.*

*Meus senhores temos que nos olhar olhos nos olhos e ver aqui. Não é vir para aqui debitar demagogia, em cima de uma realidade que são as Contas do município. O município é sério demais para se absterem de determinado tipo de comentários! Uma coisa são comentários técnicos outra são de facto as vossas ilações políticas. Estão no vosso pleno direito de dizer que isto está tudo mal. Mas meus senhores a realidade não corresponde à leitura que os senhores aqui transmitem — e isto era o que eu queria deixar aqui muito bem claro.*

*Vamos continuar! E está no fundo. Meus senhores se formos a fazer até uma análise dos Resultados Líquidos que são negativos e são preocupantes, tomara-mos nós ter resultados positivos. Mas se formos a ver, mantém-se praticamente inalterável a relação entre os Resultados Líquidos e os Fundos Próprios. Como se mantém inalterável de um ano para o outro a relação entre os próprios Resultados Líquidos e o Activo Líquido.*

*Portanto há aqui assim uma estagnação. Há aqui assim uma contenção de valores que de facto eram preocupantes e que nós apesar de termos aumentado a dívida de curto e médio prazo, conseguimos manter este rácio. E isto é importante que se diga.*

*Vamos passar à execução orçamental. Meus senhores eu não sei o que é que numa actual situação em que há de facto eleições, ano de eleições, em que há dificuldades fruto até dessa matéria, quer dizer: - é mau atingir-se uma taxa de 65% relativamente às GOP's totais? Ou será muito mau atingir-se quase 50% relativamente à execução anual? Por favor, não é!*

*Eu acho que é razoável. Embora e todos nós sabemos como é que os Orçamentos nos anos anteriores se tem construído. Ainda há muito pouco tempo nós falámos sobre isso. E isso tem um impacto sério sobre a execução orçamental, como é óbvio.*

*Portanto não é preocupante quanto a mim, sinceramente não é. Preocupante é sim, como já alguém aqui disse de facto, é a capacidade do município para satisfazer dívidas antigas. É muito preocupante essa situação, mas meus senhores é preciso ver quem é que a criou.*

*E eu não estou a referir-me a isso, não quero andar sempre a bater na mesma coisa. Mas se vocês querem então ser sérios e ir ao fundo analisem esse problema. Porque isto é um problema de dívida estrutural; não é conjuntural. O Tribunal de Contas está farto de ouvir e está farto de saber, o que é que aqui se passa, mas não tem a mesma leitura que os senhores! Agora vamos cá ver, vamos cá fazer a análise dos resultados. De facto a análise dos resultados nós temos aqui relativamente aos Resultados Líquidos do exercício anterior, temos aqui um agravamento em cerca de dois milhões e meio de euros.*

*De facto é significativo. Ou talvez nem tanto. Porquê? Porque nós temos um agravamento dos Resultados Correntes de 8,4 milhões de euros, mas é compensado em cerca de 5,5 milhões nos Resultados Ordinários, o que vem esbater este agravamento dos resultados.*

*E se nós verificarmos, os Resultados Operacionais apenas são negativos em cerca de 2,6 milhões de euros. Há uma variação de apenas 2,6 milhões de euros. E isto tem muito a ver com*

*os aumentos nas facturas dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros. Está nas Contas. É normal. Uma coisa absolutamente normal. E se vocês verificarem houve também aumentos em outras rubricas. E não se esqueçam que as amortizações nestes resultados têm um peso enorme. As amortizações do nosso activo imobilizado, corpóreo e incorpóreo, representa cerca de 43% dos Resultados Líquidos do Exercício. Isto é um peso excessivo, é um peso grande que tem um reflexo nos nossos resultados.*

*E se nós expurgarmos estas amortizações a situação é diferente. Naturalmente! E portanto também temos que ter em consideração que temos um património grande que gera um grande volume de amortizações e reintegrações do exercício.*

*E que, como o próprio ROC também explicou, foram consignadas nestas Contas, algumas previsões, que vieram afectar negativamente o resultado. Vocês sabem qual era o conselho do ROC? Era que para todo e qualquer dúvida que surgisse relativamente a um processo de contencioso a Câmara fizesse uma previsão. Daí os tais trinta e seis milhões.*

*Meus senhores, eu pergunto-vos, onde é que em qualquer lado isto se faz? Em lado nenhum! Em lado nenhum! Portanto, meus senhores há (e eu já estou a terminar e depois estou à vontade para estar aqui convosco a conversar sobre esta matéria o tempo que vocês quiserem), há de facto uma melhoria dos Proveitos. Mas na verdade aquilo que estamos a falar em termos de Proveitos (e essa também é a minha preocupação legítima) é que apenas temos 37,8 milhões para um volume de encargos que é superior. Essa é a nossa preocupação e a minha enquanto munícipe. E é também para isto que eu aqui estou, para procurar ajudar a encontrar as melhores soluções. Tenho dito.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>029</sup>

*“Senhor Presidente, não resisto a fazer duas perguntas ao orador que me antecedeu porque ele fez aqui um papel — o Dr. Olinto Ravara a falar, fez-me lembrar o Titanic! O Titanic estava-se a afundar e a orquestra continuava a tocar, continuava a tocar, até que se afundou! Então, nesse caso, o Dr. Olinto Ravara seria o maestro dessa orquestra e tal, tudo bem.*

*Mas falou aqui da certificação do ROC e penso que já estive em empresas que tinham certificação legal de Contas. E penso que sabe que a certificação de Contas não é uma coisa estática, é uma coisa dinâmica. Isto é: o desejo do Revisor de Contas é que até à última a certificação de Contas seja uma certificação limpa — e trabalha em conjunto com a empresa com quem trabalha, com a organização, com quem trabalha para limpar essa certificação de Contas.*

*E se esta certificação de Contas está suja (e muito suja), é porque a Câmara não quis colaborar!? Eu por acaso estive numa Assembleia-geral ainda há pouco tempo, com o mesmo Revisor de Contas, numa empresa e ele a única coisa que disse foi o seguinte: - senhores accionistas verifiquem que esta empresa tem uma certificação de contas limpa. Que era o que a Câmara devia ter! Só não tem porque não quer. Porque quer andar nestas trocas e baldrocas numéricas que é para tentar atirar areia aos olhos das pessoas — só que as pessoas já não aguentam tanta areia! A pergunta que eu faço neste aspecto é: Sr. Dr. Olinto Ravara, acha ou não que o processo de certificação de Contas é um processo dinâmico, conducente normalmente a que exista uma certificação de Contas limpa?*

*Segunda questão. O Sr. Dr. Olinto Ravara atreveu-se a dizer que o Revisor de Contas no seu critério, no seu entender (que eu entendi errado), considera que o património imobiliário (ele considera o senhor não o considera), da Câmara está altamente valorizado relativamente àquilo que vale. O Sr. Dr. Olinto Ravara tem algum elemento concreto em que possa assentar essa opinião?*

*É que eu gostava que o Sr. Dr. Olinto Ravara me dissesse, relativamente ao Património, relativamente ao aumento de património e relativamente a todos os documentos que há sobre o inventário municipal, como é que consegue saber se aquilo está bem ou mal avaliado?*

*Porque o que lá está não é uma propriedade, é um número!? E termino. Transparência Senhor Dr.? Acha que umas Contas que vêm com um Inventário e que vêm com números sem dizer exactamente o que é e a que se referem, acha que são umas Contas com transparência?”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>030</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Relativamente à primeira questão. É claro que o ROC se certificou as Contas, nos termos em que o fez, certificou-as e deu um parecer favorável. E mais nada eu posso dizer ou acrescentar àquilo que o ROC escreveu. Está escrito.*

*Portanto certificações sujas, o que é isso Senhor deputado? Brincamos ou quê? Por favor! Brincamos ou quê? O senhor Revisor Oficial de Contas fez a certificação legal das Contas deste município. E fê-lo nos termos em que fez. Não há certificações sujas Senhor deputado! Ponha isso na sua cabeça.*

*Relativamente à segunda questão, está no próprio relatório, que o ano passado ou nas Contas do exercício anterior este valor não tinha sido reconhecido. Não estava. E que fruto de um processo de inventariação de modernização do cadastro e do inventário, se chegou a este valor. A Câmara tem os seus parâmetros, tem as suas balizas, tem os seus critérios valorimétricos e aplicou-os. E isto é o que me faz parecer.*

*Agora o que eu também gostava de saber (e respondo à sua pergunta de outra maneira), então o que é que foi considerado sobrevalorizado? Eu não tenho aqui senhor deputado, que me permita responder. Agora, o que eu vejo é aqui as Contas e um inventário exaustivo e vejo aqui assim um critério valorimétrico adoptado pelo município que me faz crer até prova em contrário que efectivamente está certo. Obrigado.”*

Vogal António Salavessa (PCP) <sup>031</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) <sup>032</sup>

Presidente da Mesa <sup>033</sup>

Vogal José António Vieira (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>034</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa-noite a todos. A minha intervenção irá ser curta, mas informativa para quem não conhece o desenvolvimento das freguesias que ficam fora da periferia da cidade.*

*Em nome da Freguesia de São Bernardo, quero agradecer à Câmara Municipal de Aveiro a confiança que depositou nas Juntas de Freguesia, nomeadamente quanto às Delegações de Competências “Juntas por Aveiro” a que todas as Juntas tiveram acesso. E que se acentuou em maior percentagem no asfaltamento de vias. Ruas de pequenas dimensões em cada freguesia, tendo assim melhorado substancialmente a rodovia do concelho.*

*Em São Bernardo é notória essa melhoria em ruas que se encontravam bem degradadas, desde há muitos anos, fruto da paralisação que São Bernardo foi premiado pelo anterior executivo camarário. Porém, continuamos preocupados com a requalificação que se impõe em várias artérias da freguesia. Esperamos pois que a Câmara Municipal de Aveiro continue a apostar no trabalho positivo de cada freguesia, para bem do concelho. Obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Carlos Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>035</sup>

*“Muito boa-noite. A minha intervenção está de alguma forma atalhada porque já foi muito dito aqui. Mas eu gostaria só de focar aqui alguns pontos. O Senhor Presidente da Câmara referiu na apresentação das Contas a questão da transparência, a questão de todos os lançamentos de movimentos nas Contas da Câmara e também a questão do inventário.*

*E disse, a concluir, que estas Contas tinham sido auditadas por uma entidade externa credível. Portanto foi o que o Senhor Presidente disse. E eu ao analisar as Contas, foi exactamente a análise que esta entidade externa credível fez. E já foi por demais evidente aqui e salientado o parecer desta entidade externa sobre as Contas da Câmara — e eu vou-me escusar de repetir, para não maçar os presentes.*

*A questão que se coloca aqui é apenas a seguinte: a entidade externa opina sobre as Contas da Câmara, mas a responsabilidade da apresentação das Contas não é da entidade externa, é da Câmara. E portanto, o que está reflectido neste documento e o que a entidade externa emite como opinião é sobre as Contas que a Câmara Municipal apresentou. E, portanto, a responsabilidade dos documentos que aqui estão, do seu conteúdo, é única e exclusivamente da Câmara Municipal de Aveiro e não do entidade Revisora Oficial de Contas, a qual apenas emite um parecer sobre aquilo que a Câmara apresenta.*

*Mais. Não é de espantar algumas situações que aqui aparecem, por dois motivos simples. Porque eu apesar de aqui estar há pouco tempo, tenho interpelado a Câmara Municipal para responder a questões nomeadamente, quando apresentaram as Grandes Opções do Plano. E passo a referir-me em particular ao empolamento significativo das receitas da Câmara. Aliás, diria, empolamento muito significativo das receitas da Câmara. Mais, nas apresentações descritas que o Senhor Presidente da Câmara tem apresentado, tem sido notório um assumir de compromissos muito acima daquilo que a Câmara é capaz de satisfazer em termos do seu pagamento. E portanto, o que aparece aqui é apenas um culminar desse tipo de actuação — e se querem que vos diga, eu sinceramente com estes números (e já o tinha dito aqui uma vez) não auguro nada de bom e não sei o que é que acontecerá em termos financeiros à Câmara até ao fim do ano. Disse.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>036</sup>

*“Numa breve leitura politica ao Relatório de Gestão relativo ao ano de 2009, ficou-me como registo algumas, direi mesmo muitas dificuldades financeiras por parte do Município mas que não foram inibidoras da criação de obra, do lançamento de novos projectos, da aprovação dos mesmos com a concomitante procura de apoios estatais ou comunitários para os mesmos, do assumir de um compromisso claro de solidariedade com os mais necessitados e com uma actuação por parte do Executivo versando sempre a participação do cidadão e da comunidade. Estes desígnios estão espelhados nos pilares da governação deste Executivo*

- 1.º Processo de reequilíbrio financeiro do Município;*
- 2.º Projectos municipais de desenvolvimento estratégico e sustentável, co-financiados;*
- 3.º Compromisso de solidariedade municipal no contexto de crise económica e social;*
- 4.º Políticas municipais de participação cívica e de reforço do sentimento de comunidade aveirense.*

*Num primeiro pilar era necessário atacar a caixa das dívidas, umas contabilizadas outras arrumadas e outras escondidas conforme nos informou o Relatório da Auditoria da Inspeção-geral de Finanças.*

*Aveiro à data e segundo a listagem oficial, elaborada pela Direcção Geral das Autarquias Locais desceu, do desonroso primeiro lugar do ranking dos maus pagadores, para o pelotão da legalidade, pagando no prazo médio de 90 dias. Anteriormente o prazo médio de pagamento atingiu os 789 dias.*

*Baixando o tempo de pagamento, aumentou a credibilidade e a honorabilidade do Município, facto relevante para restaurar a confiança na Edilidade.*

*Este resultado, esta diminuição do prazo médio de pagamento, deve-se ao Plano de Saneamento Financeiro do Município, aprovado pelo Tribunal de Contas. Um Plano que permitiu pagar, honrar compromissos e dividas a empresas e a instituições credoras da Câmara Municipal. O ano de 2009 marcou, assim, com a redução do prazo médio de*

pagamento, uma etapa importante no moroso e difícil processo de saneamento financeiro do Município, como previu que o seria o Relatório da Auditoria da Inspeção-Geral de Finanças. A gestão municipal que soube criar um Plano de emergência financeira, criou também condições para o ver aprovado, foi também a da gestão necessariamente rigorosa, conhecidos os escassos recursos disponíveis.

Foi o modelo que permitiu obter algum fôlego financeiro económico para que o Município de Aveiro possa dispor de capacidade de financiamento própria, necessária para participar nos projectos a que se candidatou, em 2009, ao Quadro de Referência Estratégica Nacional QREN.

Falamos, aqui, de projectos estruturantes, fulcrais, para garantir a competitividade futura do Município de Aveiro e assegurar a evolução da qualidade de vida dos aveirenses.

Neste âmbito, 2009 trouxe a relevante aprovação do Parque da Sustentabilidade, projecto emblemático, que representa o maior investimento no domínio da regeneração urbana, de iniciativa municipal, alguma vez lançado em Aveiro. Este programa vai requalificar uma área histórica e central da Cidade, da Vera Cruz à Glória, designadamente do Rossio até à Rua das Pombas, aproximando duas Freguesias nucleares na vida urbana.

A requalificação da Fábrica de Moagens, a requalificação do Bairro do Alboi e do Largo José Rabumba, A recuperação paisagística da Baixa de Santo António e a do Parque Municipal Infante D. Pedro, há tanto reclamada. Novos equipamentos de lazer e de desporto vão animar esses dois espaços verdes e torná-los mais seguros e apetecíveis para a população.

A ponte pedonal sobre o Canal Central vai ser uma solução de mobilidade e de segurança rodoviária. Será uma ponte muito útil para unir o centro citadino e aproximar duas zonas de forte actividade económica, com expressão na hotelaria, restauração e comércio, a defesa do património cultural aveirense que o programa do Parque da Sustentabilidade contempla, nomeadamente com o restauro das igrejas de São Francisco e Santo António, e a reabilitação da Casa de Chá do Parque, sede da Orquestra Filarmónica das Beiras, a implementação da Unidade de Imagiologia.

Este é o projecto que cumpre também um sonho, uma ambição tão justa quanto antiga, de toda a população da Freguesia da Glória: a de uma sede da Junta de Freguesia que represente a vitalidade, o dinamismo e a importância desta freguesia. Um edifício novo, moderno.

O Parque da Sustentabilidade nasceu do conceito de cooperação, para construir um futuro partilhado.

Este projecto, aprovado no âmbito do PO Centro/QREN, representa um investimento avultado, de 14 milhões de euros, valor este que confirma que o Município de Aveiro soube aproveitar convenientemente as verbas comunitárias disponíveis para apoiar o progresso do território.

Mas outros financiamentos foram assegurados em 2009.

No âmbito da Subvenção Global que a CIRA com o PO Centro, o Município de Aveiro viu aprovados projectos de desenvolvimento que ascendem a um volume de investimento de cerca de 11 milhões de Euros, como é o caso, entre outros projectos, dos Corredores Ecológicos e o da reabilitação das Zonas Industriais.

O Executivo viu também aprovados os projectos da “Casa da Cidadania” e da “Requalificação da Capela de S. Tomás de Aquino”. Saliente-se que a intervenção no Convento das Carmelitas, onde ficará sediada a Casa da Cidadania, obteve igualmente um co-financiamento.

A requalificação da EN 230-1, estrada que passou para a alçada da rede viária municipal em 2008. A adjudicação da empreitada de beneficiação desta via foi aprovada, custando mais de um milhão de euros, montante que será participado, em 70%, pelo FEDER. Trata-se de um investimento numa via estruturante para as Freguesias de Eixo e de Oliveirinha.

A implementação da Carta Educativa de Aveiro também já aproveitou os fundos comunitários disponíveis. Já foi assinado o Contrato de Financiamento do Centro Escolar de Verdemilho.



*O compromisso social com os cidadãos aveirenses, em 2009, ano de crise nacional, económica e social, com a falência de milhares de empresas e com a taxa de desemprego a bater um indesejado recorde, foi reforçado pelo Município, com a adopção de várias medidas.*

*Neste sentido, neste pilar da solidariedade social, o Município de Aveiro, em 2009, reforçou o apoio financeiro às IPSS, através de protocolos de colaboração, reforçando a colaboração técnica, nomeadamente na elaboração de projectos de arquitectura.*

*Mas outras medidas foram tomadas:*

*O congelamento do valor das rendas de casa, do parque de habitação do Município.*

*Avançou, também, o Projecto Aveiro Amigo, que disponibilizou um serviço gratuito de reparações em habitações de pessoas idosas, portadoras de deficiência e famílias carenciadas.*

*O surgimento do Gabinete de Inserção Profissional em Nossa Senhora de Fátima.*

*O quarto pilar relaciona-se com a consolidação do sentimento de comunidade, assente na necessária solidez do elo que liga o cidadão à Polis aveirense, a realização da Festa das Freguesias, bem como a homenagem aos campeões desportivos e a distinção aos melhores alunos.*

*A Festa das Freguesias saudou o povo aveirense, felicitou o empenho e a generosidade que cada um dedica à nossa terra.*

*O Município de Aveiro enalteceu a Comunidade Educativa, para com o papel que esta assume na construção do futuro, que culmina, anualmente, num momento de grande simbolismo, com a distinção dos melhores alunos. Na cerimónia, relativa ao ano lectivo de 2008/2009, foram distinguidos 268 alunos, 67 docentes e 19 funcionários aposentados. Aveiro expressou também a gratidão aos professores.*

*Também a comunidade desportiva aveirense foi agraciada, na Gala dos Campeões, oportunidade para saudar os atletas, técnicos e dirigentes que projectam a imagem de Aveiro.*

*Por fim podemos dizer que no âmbito da competitividade económica. Aveiro revelou capacidade para atrair um investimento muito disputado no país e no estrangeiro: a instalação da unidade de produção de baterias para carros eléctricos da Renault/Nissan. Aveiro vai acolher e ver crescer uma indústria de vanguarda tecnológica e um exemplo de preocupação empresarial com a protecção ambiental.*

*Serão investidos 150 milhões de euros na implementação da unidade fabril e a criação de 200 postos de trabalho. Uma boa notícia, que significa a criação de mais emprego, mais formação profissional e mais competências em Aveiro.*

*Ainda no âmbito social, apraz salientar a entrega das chaves de 18 casas a 18 famílias em Cacia.*

*Foram 18 sonhos que a CMA ajudou a cumprir, foram 18 projectos de vida familiar que ganharam um novo balanço. Foram 18 famílias que ganharam o direito a mais conforto, a mais qualidade de vida.*

*Podíamos também falar da correcção da Ponte das Agradas, do apoio técnico ao desenvolvimento das obras do Programa Pares e na inauguração do Polidesportivo de Requeixo, o Programa de Desenvolvimento do Xadrez e ao Programa FelizIdade, o apoio para a instalação do Tribunal Administrativo e Fiscal em Aveiro ou o contributo para a resolução do problema que afectou anos a fio os ex-trabalhadores da Frapil,*

*Por tudo o atrás referenciado penso podermos afirmar nesta bancada que o ano de 2009 foi um ano frutífero no que toca a realizações e a trabalho realizado pelo executivo Camarário e nem de outro modo podia ser pois em Outubro passado o Povo Aveirense através do seu sábio Voto expressou nas urnas o seu querer e como todos se lembram foi uma vitória em toda a linha com o aumento do nº de Vereadores, aumento de Presidentes de Junta, aumento de deputados nesta Assembleia — enfim essa foi a verdadeira validação do trabalho do Dr. Élio Maia e do seu executivo também no ano de 2009, que era o que estava mais fresco na memória dos Aveirenses.”*

Vogal Paulo Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta <sup>037</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente pelas palavras amáveis, muito boa-noite a todos. Na primeira intervenção que proferi nesta Assembleia Municipal citei as palavras do Senhor Presidente, que na noite em que ganhou as eleições anunciava uma nova fase, em que a pesada herança já não serviria de desculpa. Factor que a todos os munícipes aveirenses com certeza encheu de regozijo e que augura, esperemos nós, um debate, com mais frescura no debate político aveirense. Ora com a apresentação do Relatório e Contas que analisamos nesta sessão, vemos espelhados o resultado da gestão dos últimos quatro anos da maioria.*

*Isto é o resultado final de todo o trabalho (ou falta dele) que foi efectuado pela maioria nos últimos quatro anos.*

*Ora o que observamos e confirmamos agora, é a passagem de testemunho, da pesada herança, que agora nos é mostrada, e que decorre do trabalho da maioria, que de facto nos governou ou desgovernou durante quatro anos — e que agora nos deixa uma situação económica e financeira grave, que já foi em vários aspectos analisados por vários deputados desta Assembleia e que não irei detalhar. E convém lembrar que, enquanto a anterior maioria se entretinha a denegrir a imagem do município que lhe foi deixado, queixando-se sistematicamente, diariamente e quase ao segundo, da pesada herança que lhe foi deixada (e não se consegue neste momento contabilizar as perdas que o município teve por essa estratégia com uma visão política de curto prazo a meu ver), convém lembrar que essa maioria também é responsável por actos de gestão que durante os últimos quatro anos foram absolutamente ruinosos para o município. E cito apenas alguns que têm influência grave e que poderiam, com outro tipo de estratégia, análise e decisão, ajudado a resolver alguns problemas económicos e financeiros do município.*

*Relembro a forma como foi aberta a terceira cela no aterro municipal sem nenhuma negociação e compensação para o município de Aveiro e a aceitação e posterior negociação da instalação da Unidade Mecânica ou Biológica, sem também as correspondentes compensações para o município, pelo menos ao nível do que seria esperado.*

*A venda absolutamente ruínosa da participação maioritária que a Câmara detinha na PDA. Um activo que herdou e um activo que tinha valor e que vilipendiou.*

*A famosa parceria pública ou privada, que havemos ainda aí a breve trecho (espero eu senhor vereador) fazer as contas finais de quanto é que isso custou ao município em termos financeiros e em termos do seu desenvolvimento.*

*E também, como já foi citada e bem pelo Dr. Raúl Martins, a venda dos SMA's — alienação de um activo importantíssimo para o futuro.*

*As Contas demonstram que a Câmara Municipal carece de uma intervenção urgente e enérgica, que infelizmente o passado indica que esta maioria não será capaz de implementar. Mas pensaríamos nós, o problema económico ou financeiro não foi resolvido, mas estava a Câmara a pensar numa estratégia de desenvolvimento de longo prazo, que nos iria eventualmente trazer frutos e frutos também à situação económica ou financeira da Câmara! Mas por muito que o colega que me antecedeu se esforce por citar as iniciativas que a Câmara fez e não são todas evidentemente más, não se consegue perceber a definição de prioridades deste executivo para o desenvolvimento do município e o que é que isso nos traz numa perspectiva de longo prazo. Uma esperança para o município e para os seus munícipes de que terão efectivamente um futuro melhor pela acção também do seu município?*

*Portanto o município a meu ver corre sérios riscos de a curto prazo e com a gestão económica ou financeira que temos, corre sérios riscos de funcionamento e a médio longo prazo corre ainda riscos mais graves pelo que não se fez, pelo que não se pensou, pelo que não se lançou durante estes quatro anos — e tememos nós, não se lançará nos próximos três.*

*O peso da maioria não fará calar o Partido Socialista na batalha de que há formas de gestão mais competentes da situação económica ou financeira do município. Há outras perspectivas de desenvolvimento que podem ser implementadas e com competência e projectos com uma estratégia, Aveiro pode continuar a desenvolver-se.”*

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [038](#)

*“Aveiro Celebração dos 250 Anos.*

*Gostaria de destacar a realização da interpretação histórica do acto de entrega do foral de elevação de Aveiro a cidade. Um evento organizado num trabalho de parceria entre a Junta de Freguesia de Santa Joana e o Colégio D. José I. Este evento contou com a participação de mais de duas centenas de figurantes, os quais, vestidos a rigor, transportaram os presentes para o ambiente que se viveu no dia 11 de Abril de 1759.*

*Depois de desfilarem pelas ruas de Aveiro, os figurantes concentram-se na Praça da República, onde teve a interpretação da entrega do foral. Há, ainda, a destacar a importância das costureiras da comunidade de Santa Joana, que tiveram em mãos a arrojada tarefa de confeccionar a indumentária dos participantes de forma a poder retratar com maior realismo a época em que tal acto histórico teve lugar.*

*Gostaria também de agradecer o apoio da Câmara Municipal na realização desta iniciativa, bem como de entidades de natureza diversa. A colaboração dos moradores nas ruas por onde os figurantes desfilarão foi também imprescindível, tendo os mesmos acedido prontamente ao pedido que lhes foi dirigido, designadamente a colocação de colchas festivas no parapeito da janela.*

*Quero, também, destacar as Festas das Freguesias, onde mais uma vez, durante uma semana se pode ver a dinâmica de cada Freguesia que, em conjunto com as Associações e Instituições locais, expuseram as suas história e vivências encetando com um grandioso desfile cultural.*

*Este certame contou com a presença do Sr. Presidente da República, dignificando ainda mais, este evento e a cidade de Aveiro.*

*Espaços Verdes*

*Aveiro está mais bonita. Gostaria de felicitar o Sr. Vice-presidente Eng. Carlos Santos e todo o Departamento de Jardins por Aveiro ter hoje uma paisagem mais bonita. É sempre bom ouvir as pessoas que nos visitam enaltecerem a qualidade dos nossos jardins e canteiros floridos.*

*Saúde*

*No âmbito da saúde gostaria de felicitar a Unidade de Saúde de Santa Joana, a funcionar há cerca de dois anos, pelo trabalho já desenvolvido. Esta obra, que esteve parada durante 7 anos, tornou-se possível graças empenho do actual executivo que teve a coragem necessária para a levar até ao fim. Desde já o meu agradecimento.*

*Gostaria, ainda, de manifestar o meu desejo de que os colegas das freguesias de Cacia, S. Bernardo e Esgueira possam ter, a muito breve prazo as suas Unidades de Saúde em funcionamento pois os seus cidadãos, e Aveiro, merecem uma melhor qualidade na saúde, e uma saúde de proximidade.*

*Iluminação Pública*

*Infelizmente (e pedia à Câmara de pudesse intervir) é uma vergonha o que está a acontecer na Freguesia de Santa Joana aquando as intempéries. Basta haver um pouco de vento que a freguesia fica às escuras por horas e horas e muitas vezes por dias.*

*Esta situação arrasta-se há mais de 15 anos e apesar de todas as reclamações perante a EDP, ninguém resolve esta situação.*

*Fomos informados ainda pela EDP que a Freguesia de Santa Joana e parte das Alagoas de Esgueira são abastecidas pela subestação de Águeda.*

*Os habitantes, indignados, reclamam porque pagam um preço elevado por um serviço pouco eficiente. Sentem-se enganados, revoltados e encaram a passividade da EDP como um acto de falta de respeito.*

*A população considera que não é por falta de verbas, pois os salários dos administradores da EDP são de milhares e milhares de euros, e esta situação não é resolvida. Exigem um serviço activo e eficaz.*

*Delegações de competências Programa “Juntas Por Aveiro”*

*Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes membros do executivo, em nome pessoal, e em nome dos meus colegas presidentes que concordarão comigo, gostaria de afirmar que, contrariamente ao que se diz, me cumpre agradecer o facto de terem confiado nos autarcas das freguesias ao delegarem um número de obras de tão grande relevância para as nossas comunidades. Para mim significa confiança no trabalho que desenvolvemos. Significa parceria no sentido de procurar melhorar o nosso Concelho.*

*Queria dizer que não acredito que as transferências sejam feitas por cor política. É verdade que quanto aos números que foram aqui há bocado frisados, tive a sorte de tesouraria na altura, as minhas obras foram realizadas entre Maio e Junho e os cadernos de encargos estavam adiantados e por isso fui das freguesias que iniciei essas obras e outros colegas meus quando chegaram com as facturas à Câmara não tiveram possibilidades de receber. Mas eu estou certo que esta Câmara é uma Câmara de bem e que fará o mais rapidamente.*

*E haverá em relação a este Programa “Juntas Por Aveiro” alguns pormenores a ajustar, respeitando os programas, mas só todos juntos podemos fazer mais e melhor por Aveiro. Era só. Muito obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>039</sup>

*“Senhor Presidente, senhores deputados. É preciso ter sorte não é? De facto tem muita sorte o Senhor Presidente de Junta. Tem uma sorte muito grande, porque de facto a diferença de quatro vezes mais sorte que os outros em relação às outras juntas. A Junta de Freguesia de Santa Joana de facto tem uma sorte fantástica. E de facto é para agradecer. O senhor Presidente da Junta de Santa Joana tem que agradecer de facto esta gestão criteriosa por parte do executivo e porque este programa dos “Juntas por Aveiro” (até o nome é indiciador de uma certa imparcialidade em relação às juntas), conseguiu mais de trezentos mil euros só neste programa. De facto é notável! É notável! É de uma sorte bestial.*

*Eu acho que o senhor devia jogar sempre no euromilhões. E depois também há outra sorte, que também é sorte com certeza, que é o extraordinário estado da rede viária em São Bernardo, que é de facto, deve ser tipo, somos todos “avatars” e vamos todos pelas estradas de São Bernardo e não se vê um buraco.*

*E de facto eu também já agora gostava de perguntar ao senhor Presidente da Junta que no inventário não vi o Ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo?! Saber porque é que ele já não consta?*

*Com certeza terá algumas explicações. E de facto, quer dizer isto é esmagador, eu atrevo-me a dizer aqui aos meus colegas Presidentes de Junta do PS que eles têm um azar dos diabos! Quando eles lá vão aquilo corre sempre mal, é sempre muito esmifrado e enfim, é um azar!*

*E portanto, no jogo, nesta área de sorte e de azar, há uns que de facto têm mesmo muita, muita sorte.*

*Três notas: 1-Teatro Aveirense. A mobilização cultural foi notável durante o ano de 2009 nas palavras da Senhora vereadora. Por outro lado, também notar o aumento significativo do Centro Cultural de Congressos e que neste ano, enfim, começou a implementar também uma programação cultural.*

*Eu agora, já agora, gostaria de ouvir (na última reunião ouvimos o senhor vereador Pedro Ferreira), eu tinha muita curiosidade de ouvir a Senhora vereadora da cultura a falar desta*

*cooperação e complementaridade entre o Centro de Congressos e o Teatro Aveirense — de certeza que nós temos um programa cultural agora seguramente muito mais rico.*

*Já que não conseguimos cooperar com os teatros vizinhos, seguramente que conseguimos cooperar entre as nossas duas salas de espectáculos sem sobreposição de datas.*

*Revisão do PDM. Eu acho que depois das explicações que foram aqui dadas Senhor Eng.º Carlos Santos, eu acho que o senhor como tem muitos pelouros devia delegar a revisão do PDM ao senhor vereador Miguel Fernandes. Porque ele, devo dizer-lhe senhor Eng.º, ele esteve melhor que o senhor Eng.º em relação a estas matérias dos instrumentos de gestão territorial.*

*Normalmente o senhor é muito lacónico e reservado em relação a estas matérias. O Senhor Dr. Miguel Fernandes fez uma intervenção que a este respeito foi muito meritória e aquilo que ele apontou de facto são questões a ter em atenção na revisão do PDM. São questões importantes e avisadas. Em relação a um ponto que já aqui também foi focado, de facto a prestação de contas é feita para ninguém perceber o que aqui está, como é evidente, não é?! E isto é um problema que já vem há longos anos e que já tinha tido algumas melhorias, mas de facto quem olha para estes mapas síntese e estes classificadores... Bem, isto não é para perceber nada.*

*Faria uma sugestão, faria uma sugestão. Para quem não é versado nestas matérias possa pelo menos ter uma ideia daquilo que os senhores, e qual é a linha política que defendem. As intervenções que vossas excelências fizeram em introduzir (algumas delas até foram lidas) que fossem distribuídas aos senhores deputados e apenas a este documento por forma a que (e eu confesso o meu basismo em relação a algumas destas matérias), porque ninguém percebe o que aqui está. Percebe o Dr. Raúl Martins, percebe o Salavessa, o Dr. Olinto Ravara dá uns toques, enfim. Mas quer dizer, a generalidade dos deputados não são versados nestas matérias técnicas.*

*Bem, mas nós não estamos aqui para discutir técnica, porque para isso está aqui o Revisor de Contas que diz o que disse e eu confio é no Revisor de Contas porque é uma entidade externa e imparcial e credível.*

*E eu devo dizer que em relação àquilo que o Revisor de Contas diz eu fico muito preocupado. E para um leigo nestas matérias como eu, saber que a dívida aumentou 18,5 milhões de euros e o passivo para 25 milhões, depois de um empréstimo daquele montante, é para ficar muito preocupado.*

*O Plano de Saneamento Financeiro que aqui já foi afluído, já houve duas oportunidades que esta maioria deixou passar em claro de nos explicar a todos em que pontos estão ter os resultados de cada uma das medidas que lá vêm contempladas. Mas não! A única que falam é sobre a questão do empréstimo, nada mais dizem em relação às outras medidas, que no dizer das palavras do executivo municipal, iriam ser a alavanca para inverter a situação económica negativa que a Câmara atravessava. Mas dessas nem vê-las! Não sabemos se foram implementadas; tendo sido, que resultados produziram; que resultados continuarão a produzir no futuro. Enfim, sabemos é que os resultados pioraram e pioraram significativa e de forma preocupante.*

*E de facto eu pasmo ter ouvido o Manuel António Coimbra numa outra circunstância diversa da Assembleia Municipal, ter ouvido o deputado Olinto Ravara referir-se agora que estamos a preparar o futuro!? Futuro negro. Negro digo eu, porque de facto a Câmara está a pique.*

*Dr. Raúl Martins isto nem é o Titanic, isto afunda mais depressa que o Titanic e não temos que ter medo de dizer a “Câmara está falida”. A Câmara entrou em falência. E faliu de dinheiro e faliu há já muito tempo de ideias. A Câmara ainda há pouco se referia à questão a exemplo dos recursos humanos. Saíram sessenta e não sei quantas pessoas, apesar disso conseguiu-se aumentar os custos com os recursos humanos em 2,2%! Mas que raio de gestão é esta? Como é que isto é possível? Como é que isto é possível? Nós temos que estar muito preocupados.*

*Não têm dinheiro nem para mandar tapar buracos (há excepção de São Bernardo diga-se, foi aqui afiançado pelo senhor Presidente da Junta, que as estradas estão boas na freguesia), mas de resto está miserável o estado da rede viária no nosso concelho.*

*Não há dinheiro para mandar tapar buracos aqui bem no centro da cidade, curiosamente até em frente à sede do CDS, estava lá uma cratera que foi tapada pelos munícipes com sacos do lixo para os carros não caírem lá dentro. Não me foi contado, eu vi! Não me contaram, eu vi! E portanto há estas situações de caricatura que todos nós temos conhecimento.*

*Minhas senhoras e meus senhores, de facto a Câmara conta com a questão da água para salvar ou parcialmente procurar salvar esta paupérrima gestão. O problema está, é que desde o início do anterior mandato que vossas excelências prometem que vão inverter o ciclo. Cada vez está pior! A falência da Câmara que veio atestada no anuário financeiro relativo a 2008 e que agora se agudiza em 2009 e que se vai agudizar de certeza em 2010, a não ser que a torneira da água dê para aí milhões que nunca mais acabem ou como diria o nosso Presidente da Junta de Freguesia de Santa Joana “que nós tenhamos sorte”. Só se nós tivermos sorte! Pode ser que se a gente tiver sorte! Mas se nós não tivermos sorte, vai ser um azar dos diabos, porque a Câmara vai falir, não tenham dúvidas. Nós estamos numa situação de falência meus senhores.*

*Eu apelava de facto à maioria, juntamente connosco, com o Partido Socialista pudesse conversar seriamente acerca de sugestões sérias, de alternativa e de consenso com este executivo camarário. O PS está e estará disponível, para colaborar porque a situação é crítica, a situação é preocupante. A situação está como dizia o deputado Olinto Ravara avisadamente em défice estrutural grave. E o PS quer como quis e como continuará a querer a colaborar com esta maioria. E em sede de Assembleia Municipal encontrarmos aqui uma plataforma de entendimento sério para podermos sugerir à Câmara algumas alternativas. Mas essa tem que ser uma iniciativa que tem que partir da boa vontade da Câmara, porque de facto a Câmara deve dar o primeiro passo. Tem de dar é o reconhecimento da falência de ideias e de capacidade para inverter nesta situação que está a agravar-se de dia para dia.*

*Esperemos que a sorte nos bata à porta e que não entremos em falência no ano de 2010.”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)<sup>040</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>041</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>042</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>043</sup>

Vogal José António Vieira (PPD/PSD)<sup>044</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>045</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) -Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>046</sup>

*“Boa noite Senhor Presidente, excelentíssima Mesa, senhores vereadores, Assembleia Municipal, Caros Senhores que estão a assistir, elementos do Secretariado aqui da Assembleia. Bom, eu estive mesmo para prescindir porque há aqui colegas que falam doze, treze minutos e saem duas linhas no jornal portanto não sei se valerá tanto a pena uma pessoa estar aqui assim a gastar o lero-lero, como se costuma dizer. Lero-lero, porque de facto há aqui muito lero-lero. Mas pronto, cada um gasta o lero-lero que muito bem entende.*

*Quero crer que de facto há pessoas aqui assim que não conhecem e vão de facto na onda. E vão na onda do lero-lero. Mas isso também depende de cada um e, portanto, eu não vou por aí. Vou ser extremamente sintético porque não gosto de gastar muito lero-lero. É assim: falaram há bocado do Titanic, mas a mim algumas vezes a oposição faz-me lembrar os “velhos do Restelo”. E os “velhos do Restelo” são aqueles homens que diziam sempre mal, que estavam ali assim na saída das naus e que diziam sempre mal. Obviamente que eu pensava que era um dos maiores velhos do restelo aqui, mas pelos vistos ainda existem pessoas mais velhas do que eu!*

*Não quero com isso ofender as senhoras porque certamente as senhoras não entram nesse âmbito. Mas a velhice do restelo, leva as pessoas a embarcar em naus catrinetas, que fazem coisas completamente malucas nomeadamente, a criação de divagações de engenharias financeiras que dão para tudo — dá para fazer de tudo!*

*O facto é que nós temos de reparar, e eu não vou avançar pelas Contas porque o meu colega Olinto Ravara já o fez e fê-lo muito bem, mas cada um pode dizer o que quiser das Contas; porque arranja-se sempre argumentos para justificar as suas opiniões.*

*Pode, mesmo que para tal, grande parte dessas opiniões e dessas tais consequências tenham sido originadas em outros tempos e venham por ai abaixo.*

*Agora eu só quero referir o seguinte relativamente a esta situação e é muito simples. Primeiro a questão da Prestação das Contas. De facto esta Câmara tem um método completamente diferente, que é o método de Prestação de Contas chamado “accountability”. E é isso que tem estado a fazer e foi isso que fez, foi isso que demonstrou.*

*Demonstrou trabalho ao longo de 2009 e apresentou aqui assim muito trabalho. Muito trabalho que está aqui assim reflectido. É um peso muito grande e foi com este peso que vocês (permitam-me assim) da oposição foram derrotados nas urnas.*

*Foi com este peso que está aqui que vocês foram derrotados. Portanto não há maior argumento que esse. É o argumento do povo. E o argumento do povo disse-vos – eh pá, vocês desculpem lá, não servem para estar neste momento aqui assim no governo da Câmara Municipal de Aveiro. Foi assim que foi feito, ponto final.*

*Relativamente à transparência. Se não houvesse tanta transparência assim, vocês oposição não tinham argumentos para dizer o que estão a dizer. Porque é baseado na transparência que estão a dar toda esta informação e a transmitir todos estes argumentos, que daí fazem realçar. Bom, de qualquer forma além do mais, a regularização de contas pelo que eu entendo, tem destas coisas. Existem e “se bem me lembro” como dizia o emérito professor, se bem me lembro, o Presidente da Câmara já por diversas vezes disse que havia Contas que não estavam ainda reflectidas por questões legais e por questões contabilísticas. E ele referiu isso por diversas vezes, já antigamente.*

*Portanto, relativamente ao resto bom, ficamos por aqui. Agora o que eu considero é que estas pessoas que temos aqui à frente são pessoas que têm carácter. Demonstraram e mostram a cara e não têm vergonha nenhuma em demonstrar as Contas daquilo que fizeram e daquilo que estão a fazer. Eu quero crer que os aveirenses vão cada vez mais acreditar nesta Câmara. Obviamente que as dificuldades financeiras e económicas são extremamente graves. Mas é uma prova de confiança o que aqui está. E acho que é preciso ir em frente e o futuro certamente não está traçado, mas está no bom caminho. Obrigado.”*

Vogal João Barbosa (PS) <sup>047</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)-Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>048</sup>

*“Eu queria aqui pegar novamente naquela analogia apanhada aqui pelo senhor deputado Raúl Martins e Marques Pereira, que têm a ver com o Titanic. É que nesta analogia, cabe ao PS, acho que o PS reúne duas condições, vocês são o ‘iceberg’ e reúnem uma segunda condição, são os ratos, são os primeiros a tentar saltar do barco e a fugirem às responsabilidades. É verdade!*

*Nós efectivamente ficamos a tocar nesta orquestra, mas vocês são os primeiros a fugir do barco.*

*Falando agora de questões que eu considero de facto mais relevantes, e que foram aqui levantadas algumas questões que eu considero bastante importantes que têm a ver de facto o fruto da dificuldade que o Senhor Vereador Miguel Fernandes e também o Senhor Vereador Carlos Santos no mandato anterior sentiram na pele relativamente à questão da gestão urbanística do território. Muitas das questões que se levantam no dia-a-dia dessa gestão têm a*

*ver com a falta de eficácia e com a falta de instrumentos de planeamento correctos bem executados e em função dos tempos também implementados.*

*É que a plena gestão do território, as questões têm que ser objectivas e lineares. O actual PDM foi publicado em 11/12/95. Já lá vão alguns anos quando também se iniciou a revisão deste PDM. Eu estive numa reunião de acompanhamento do PDM 08/10/2008.*

*Naquela data, a equipe da revisão do PDM aqui de Aveiro, fez-se representar por uma equipe que apresentou de uma forma bem esplanada, bem objectiva, a cerca de vinte e nove entidades, digamos que o trabalho produzido com vista à revisão desse PDM.*

*Acontece que nessa mesma reunião, a mim não me cabia ter o papel até porque era digamos o único representante que não tinha um papel activo porque não pertencia a uma entidade com objectividade para se pronunciar sobre a revisão do PDM. Mas fiz questão, enquanto representante desta Assembleia, de falar sobre a importância de uma revisão atempada e urgente relativamente ao PDM.*

*Já passaram mais dois anos. Mas pasme-se, o Secretário de Estado de Ordenamento do Território e das Cidades, em vários locais, em várias paragens, proferiu palavras que são muito interessantes. E proferiu-as também aqui em Aveiro a 22 de Junho de 2006, na primeira acção do dito Gabinete de Estudos do PS de Aveiro e dizia ele mais ou menos nestes termos “é possível um Planeamento mais eficaz”. Por isso apontou como objectivos do Governo fazer com que a elaboração do PDM, as suas revisões, não demore mais de doze meses. E disse isto, repito, a 22 de Junho de 2006. E eu pergunto: onde é que está o nosso Governo? Onde é que está o nosso Secretário de Estado que numa forma tão peremptória afirma que um dos objectivos deste Governo, na política do Ordenamento do Território (ouvem-se vozes)... eu pergunto ao senhor deputado, o senhor tem consciência que a equipe de revisão do PDM, bem orientada pela Câmara Municipal de Aveiro, que tem feito o seu trabalho atempadamente, atempadamente... Senhor deputado vai ter que dizer em que fase é que a Câmara não respondeu cabalmente e em tempo oportuno? Não, cabe a si?! Está a contestar aquilo que eu estou a dizer, caberá a si contestar.*

*Pois bem, não vou tecer grandes considerações mais sobre esta matéria, apelando simplesmente à Câmara Municipal que use os seus bons ofícios no sentido de forçar as entidades envolvidas nesta revisão do PDM, no sentido de termos uma revisão mais atempada. Senhor deputado Raúl Martins permita-me resposta a esse aparte, é assim: a Câmara Municipal de Ílhavo tem em revisão o seu PDM e a revisão do PDM não está terminada — e eu sei do que falo, certo? Mais não lhe posso dizer.*

*Gostaria também, se possível, através do executivo, através do senhor Presidente eventualmente que me fizesse um breve ponto de situação, relativamente à revisão do PDM de Aveiro, uma vez que pertencendo eu a uma Comissão de Acompanhamento desde 2008, ainda não fui convocado para mais nenhuma reunião. Obrigado.”*

**De seguida o Presidente da Mesa<sup>49</sup> colocou à votação, nos termos regimentais, o seguimento dos trabalhos além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.**

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>50</sup>

*“As doze badaladas, eu queria perguntar ao Senhor Arquitecto Paulo Anes se tem andado desatento? Porque a questão é esta: o senhor Secretário de Estado à época, o Prof. João Ferrão, não é propriamente uma pessoa desqualificada nestas matérias como o senhor sabe. Pelo contrário. Bom, e se houve mérito que esse Secretário de Estado teve foi alterar o quadro legal dos instrumentos de gestão territorial por forma a agilizar os processos de aprovação do PDM.*

*Mas como o senhor sabe ou se não sabe devia saber porque é o elemento desta Assembleia na Comissão de Revisão, já aqui devia ter feito chegar por algumas vezes o relatório do que é que*



*lá anda a fazer — visto que o executivo às reiteradas perguntas que eu coloco nunca diz nada sobre a revisão do PDM, nem a colaboração no PROT, eu gostava de lhe perguntar se sabe, que os últimos trabalhos nos larguíssimos meses que nos antecedem, têm única e exclusivamente a ver com um estudo em relação à extensão dos perímetros urbanos e isso compete exclusivamente à Câmara Municipal. E como o senhor dizia e bem, os funcionários andavam a tratar disso. É pena que sejam eles só a tratar disso! Porque isso devia ser objecto de liderança forte do eleito com o pelouro. E os funcionários não devem andar sozinhos a fazer esse trabalho. Isso deve reflectir uma vontade política, como o senhor sabe e bem, que tem experiência disso noutros municípios. E a Câmara neste momento tem a bola do lado de cá e a Câmara é que devia ter imprimido e é que deve imprimir o ritmo da revisão do PDM como os senhores sabem e não estão a reconhecer. E portanto eu quero perguntar se o senhor conhece ou desconhece que a bola está ou não do lado da Câmara? E pedia-lhe seriedade nessa resposta.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>051</sup>

*“Senhor deputado, desconheço. (ouvem-se vozes) É assim, à data em que fui a uma reunião da Comissão de acompanhamento, o trabalho apresentado pelos técnicos desta Câmara (e foram uma equipe de vários), o trabalho apresentado era bastante. E de uma forma muito peremptória colocaram às entidades presentes algumas dúvidas pontuais relativamente ao entendimento de algumas matérias (ouvem-se vozes). Bem, tenho dito senhor Presidente.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>052</sup>

*“Nesta reunião disse, foi apresentado o aspecto técnico, por técnicos, do que se estava a fazer em termos de PDM. Gostaria que nos dissesse qual foi a directiva política que recebeu nessa mesma reunião.”*

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) <sup>053</sup>

*“Quem é que recebeu directiva política, eu ou os técnicos? É assim, aquilo é uma reunião iminentemente técnica. Olhe senhor deputado eu não recebi nenhuma directiva politica porque eu represento a Assembleia Municipal. Os técnicos não sei se receberam alguma orientação política, mas também não me cabe a mim responder a essa matéria. Muito obrigado.”*

Vogal Anabela Almeida (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>054</sup>

*“Endereço os meus cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, respectivos vereadores e a todos os deputados desta Assembleia Municipal. A minha intervenção vai incidir sobre o Relatório de Gestão de 2009 e sobre este documento eu subscrevo algumas das palavras da Senhora Vereadora Maria da Luz Nolasco. É um documento que espelha o funcionamento da Câmara Municipal. É um documento que efectivamente nós podemos ver o verdadeiro trabalho cooperativo entre todas as estruturas.*

*Eu aqui queria-me referir a alguns aspectos positivos. Um deles que foi o senhor vereador Pedro Ferreira referiu, o primeiro fórum educação e juventude “Pensar, Qualificar, Inovar”. De facto um evento que reuniu muitos dos parceiros da comunidade educativa e que espero em 2010, que se volte a concretizar. Outro aspecto positivo que relevo neste documento e vou-me cingir à área da educação, é a questão da Carta Educativa.*

*Eu já na minha primeira intervenção fiz algumas questões sobre este documento e mantenho-as. Fico gratificada pelo facto de haver já projectos de intervenção aprovados pelo Ministério da Educação, mas continuo a querer saber em que ponto é que estão estas questões. Outro aspecto a relevar e que não foi aqui referido pelo senhor vereador da educação é o prémio de mérito aos melhores alunos. Considero que é extremamente positivo e mais positivo foi pelo*

*facto de ter estagiários da licenciatura Educação de Infância e a melhor aluna dessa formação da Universidade de Aveiro ter passado pelo meu jardim-de-infância na Quinta do Picado. Outro aspecto positivo que relevo é as sessões de sensibilização sobre a gripe A, que de facto foram feitas de forma atempada junto da comunidade educativa, com a participação do Centro de Saúde. Mas também tenho aqui alguns aspectos negativos a referir. O primeiro tem a ver com a representação da Câmara Municipal em conselhos gerais transitórios em estabelecimentos de ensino. Tal e qual estão referidos na página 112. E eu aqui lamento que venham ditos “dezenas de conselhos gerais transitórios”. Sabemos que houve uma alteração legal ao regime de gestão e autonomia das escolas. Essa alteração legal incidiu sobre os órgãos de gestão, passando o presidente do conselho executivo a ser designado por director e a sua Assembleia de escola ser designada Conselho Geral. À semelhança de outras divisões em que vêm espelhados o número de reuniões concretizadas, em quadros devidamente fundamentados, eu acho que é uma lacuna grave relativamente ao Conselho Municipal de Educação, vir espelhado no relatório síntese desta Assembleia Municipal, que em 2009 apenas houve uma reunião. E reunião essa, com assuntos de transferências de competências para as autarquias na área da educação, que tinham que ser devidamente informados a toda a comunidade educativa. E eu pergunto: quando se prevê na lei dos Conselhos Municipais de Educação, uma reunião no início de cada ano lectivo e outra no final de cada período escolar, o que é que esperam fazer nos próximos anos lectivos ou ainda no que resta deste ano lectivo? Outro ponto negativo tem a ver com a constituição de grupos internos dentro da estrutura do Conselho Municipal de Educação. Grupos de trabalho que deviam estar devidamente articulados com o Plano Estratégico do Concelho de Aveiro, pois há um documento estruturante que é extremamente importante, que é o Projecto Educativo Concelhio. E eu questiono o que é que se está a fazer neste sentido?*

*Alguns reparos que eu tenho a fazer também relativamente ao senhor vereador, referiu que haveria duas bibliotecas escolares, afirmando que se tinham implementado em 2009 duas bibliotecas escolares e eu apenas vejo uma na biblioteca escolar da Glória! Não sei se a parceria com o Fórum também é considerada biblioteca escolar?!*

*Relativamente ao Plano de Acção Cultural e Pedagógico da Divisão de Educação versus Projectos Pedagógicos e Culturais em colaboração com outras Divisões da autarquia, eu considero que isto se repete.*

*Considero que há uma falta de visão estratégica da Divisão de Educação, que necessita ser considerada, pois não estão a fazer nenhuns (à excepção do Fórum) não se está a fazer nada, relativamente a esta questão.*

*Relativamente ao protocolo entre município e a Estrutura de Missão dos Assuntos do Mar, eu sugiro que haja uma actualização do site da Divisão de Educação. Pois essa actualização não tem sido feita. Também refiro a articulação que já também foi pensada sobre alguns projectos que são do âmbito do Teatro Aveirense, como o projecto “Música na Escola.” Uma melhor reflexão sobre essa questão. Porque se efectivamente é um projecto da Divisão de Educação deve ser lançado no Centro Cultural de Congressos — ou se o Teatro Aveirense o poderá tomar como seu também.*

*Protocolos de cooperação com os Agrupamentos. Eu hoje estou numa escola (quem me conhece sabe que já estive cinco anos a liderar a Divisão de Educação desta Câmara Municipal de Aveiro, quer no anterior mandato, quer com este executivo e eu hoje estou na escola). E estou na escola a receber os protocolos em duas tranches anuais: uma em Julho e outra em Outubro! Eu pergunto se é em Julho que eu preciso de verbas para trabalhar com as minhas crianças? Devem repensar estes prazos. O que eu verifico relativamente agora à Prestação de Contas, eu pouco percebo de finanças. Mas em quase todas as rubricas se verifica um aumento generalizado da despesa ao nível da área da educação. Eu sei que também há um maior aumento da responsabilidade para esta Divisão. Mas eu apelo efectivamente para que haja uma melhor visibilidade, uma melhor descrição, uma melhor*

contextualização por parte da Divisão de Educação neste Relatório de Gestão. Tenho dito senhor Presidente.”

Presidente da Mesa <sup>055</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>056</sup>

*“Boa noite senhores deputados. Eu vou também ser muito rápido. Realmente já vai tarde, mas realmente isto é a casa da política, portanto a partir daí sabemos que isto quanto mais se alongar mais eles ficam contentes. Ora bem, pois eu congratulo-me com o Relatório que foi apresentado tanto da parte escrita como a parte oral que foi apresentada pelo Senhor Presidente e pelos vereadores da Câmara Municipal de Aveiro. Acho que é um relatório sucinto, objectivo, que realmente apresenta uma actividade que se desenvolveu em 2009.*

*Que poderia ser um relatório eleitoralista, mas pelos vistos não o foi porque se nós viermos a analisar, aponta todas as situações que sucederam na autarquia aveirense e além disso, espelha bem o que se passou durante o ano de 2009, que até foi o ano eleitoral e que se calhar na voz da oposição até parece que é um relatório tremendo — ainda é mais que o Titanic, até são dois Titanic!*

*Mas realmente o que é certo é que nós ganhámos as eleições. Quer dizer: o povo de Aveiro continua a reconhecer-nos (mal ou bem), pelos vistos pelo bem, continua a reconhecer-nos e deu-nos mais uma vitória.*

*Em relação às Contas. A partir do momento em que pela primeira vez até, a análise das Contas é feita pelo ROC, que até aprova as Contas e até dá um parecer de aprovação, pouco mais acho que podemos dizer. E portanto é uma forma que a Câmara Municipal de Aveiro está a querer espelhar a verdade das situações. Está a querer sair de uma crise terrível onde estava e portanto, penso que só temos que a felicitar e aprovar este programa. Muito obrigado.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>057</sup>

*“Vou ser rápido os meus colegas de bancada já disseram quase tudo em relação à parte do orçamento, mas gostaria ainda assim de fazer estas duas notas que não foram ditas.*

*Em relação ao relatório do ROC não foi a primeira vez que nos aparece o relatório do ROC! É a segunda. Já em 2008 pelo menos apareceu o relatório do ROC. Mas ele também tem que servir para esta autarquia reflectir sobre o que deve corrigir para o ano seguinte — creio que estamos todos de acordo em relação a isso.*

*Dizia o ROC no ano passado em 2008, que tinha reservas em relação à parte do Inventário de Bens, porque inclusive tinha solicitado papéis e documentos e que alguns não lhe foram fornecidos. Tinha esta parte o relatório do ROC de 2008, tinha esta reserva. Preocupação para este ano, zero!? Porque o relatório do ROC, se virem no ponto sete, também começa a dizer outra vez, já não no mesmo nível, mas também preocupado em relação ao Inventário.*

*E devo dizer que, do ponto de vista jurídico, porque me parece a mim claro, nós temos uma Lei que diz que uma das competências da Assembleia Municipal é “apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação”.*

*É isto que a Lei nos diz para fazer. E portanto, nós temos que fazer esta apreciação da respectiva avaliação. Se nós não fizermos esta apreciação, exactamente tal qual a Lei nos manda, se fizermos a apreciação pobrezinha, estamos a cometer um acto nulo.*

*Porque também diz a Lei no artigo 95.º da Lei das Autarquias Locais “são nulos os actos a que falte qualquer um dos elementos essenciais...”. E não estão no inventário! Isto não são os elementos essenciais, porque não estão aqui descritos os bens.*

*Eu percebo a “bondade” de quem transcreve o decreto-lei com as classificações. Mas desafio os senhores deputados (há bocado discutia isso com o meu camarada de bancada) descubram-*

*me lá por exemplo, qual destes bens são estufas com a classificação 089? Vejam, descubram lá! Isto não é nada.*

*Mais. Estou a ver que nas próximas alienações de bens que nos aparecerem aqui, vem a menção ao Orçamento que nós aprovámos e ao Inventário de Bens que nós aprovámos. E depois: “é o bem da classificação 014”. E o que é o bem da classificação 014?*

*Meus senhores, temos que pôr as coisas claras porque se trata (disse o Senhor Presidente e muito bem) de transparência! De transparência. E essa é que é a questão.*

*Quanto a mim, só esta pequena questão justificará um voto contra — e não é contra pelo princípio é porque não cumpre o mínimo, não cumpre os “requisitos essenciais” e, portanto, na realidade esta aprovação que estamos a fazer do Inventário dos Bens não está preenchida na Lei tal qual nos deve ser informado.*

*E nós, todos nós, os membros da Assembleia Municipal temos obrigação de zelar pelas competências que nos são dadas — e não é difícil, porque elas não são muitas. Não é difícil porque elas não são muitas e, portanto, é preciso que quer nós próprios quer a Mesa também, tenhamos sempre a consciência de que tudo o que nós fazemos aqui tem um suporte legal que deve ser respeitado. Sobre pena de — e se lerem depois os artigosinhos que aparecem na Lei das Autarquias Locais a seguir, o 96.º e o 97.º, falam da responsabilidade solidária dos titulares dos cargos públicos nomeadamente, também nós aqui na Assembleia Municipal. Mais. Se a votação não for feita com a reserva do ‘voto de vencido’ nos termos da Lei, só assim é que conseguimos excluir da responsabilidade que possa daí advir.*

*Não creio que em relação ao Inventário dos Bens isso próprio resultasse por si só numa responsabilidade, mas surge e tem surgido infelizmente em outras matérias.*

*Tem surgido noutras matérias e é preciso que a gente tenha essa percepção. E portanto, quanto a mim isto não é nada! Isto não é nada. Estas “classificações” e este papel e o responsável por isto (não acredito que tenha sido má fé da autarquia). A autarquia tem é o dever de exigir aos seus técnicos que façam a avaliação de maneira diferente. E tem o dever político de trazer aqui as coisas claras.*

*Havia uma relação de bens da autarquia bastante diferente desta no passado e, portanto, na complementação desse trabalho, não custaria assim tanto e estava apresentado com muito maior limpidez.*

*Depois para dizer só em termos políticos e em notas finais, que ficou provado aqui hoje pela análise que os meus camaradas fizeram das Contas, e também de algumas intervenções, que no fundo o PSD, ainda que pela voz do senhor Presidente da ANAFRE e um dos mais destacado ou dos mais destacados Presidentes de Junta, o Sr. Armando Vieira, deu uma entrevista aqui há uns dias que reconhecia claramente, o que o senhor Vereador Pedro Ferreira se fartou de negar quando foi da aprovação do Saneamento Financeiro — que o empréstimo servia apenas e só para empurrar a dívida com a barriga!*

*Porque os senhores podem vir com o argumento que ganharam as eleições. Isso é um argumento muito bonito e muito democrático. Mas devo-vos dizer o seguinte: quanto a mim estou aqui para cumprir o meu papel e fui eleito também, também tive alguns votos, para estar aqui.*

*O Partido Socialista teve alguns votos para estar aqui e tem legitimidade para estar aqui. E o que o Partido Socialista reforça e sublinha é que os senhores foram eleitos (e já foram eleitos há cinco anos) para resolver o problema financeiro da autarquia. Contraíram um empréstimo dizendo e anunciando que estava no âmbito de um Plano de Saneamento Financeiro e a situação financeira da Câmara hoje é bem pior do que o que era em 2005, quando vocês foram eleitos!*

*E para pegar no exemplo do Titanic. Nós construímos um barco grande e bonito e forte e belo como foi o Titanic. E fomos nós os construtores do barco e o barco talvez tenha sido um bocadinho demais, mas foi construído e a obra está toda aí. E havia um Activo. Mas os*

*senhores são um iceberg! São sim, são sim! Vocês são um iceberg. E vocês vão dar cabo das finanças, do resto das finanças da autarquia, e eu tenho medo pelos próximos anos. E não adianta assobiar para o ar!? Porque só há um pequeno facto, que não sei — se não vier o dinheiro das Águas este ano, estará para acontecer, que é quando os funcionários tiverem os salários em atraso e quando isso acontecer finalmente vocês vão acordar, mas aí vai ser tarde demais.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) -Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [058](#)

*“Senhor Presidente. Bom, este Relatório de Contas e Relatório de Actividades, tem a grande virtualidade de ser factual. E por isso aquilo que nós podemos encontrar aqui é que olhando para a página 475 nas Delegações de Competências às Juntas de Freguesia, aquilo que nós verificamos é que a Junta de Freguesia que mais dinheiro recebeu em relação às Delegações de Competências foi a freguesia de Esgueira. Mais. Eirol, uma Freguesia que já aqui foi dito que é uma freguesia pequena recebeu mais do que uma freguesia como a Nossa Senhora de Fátima uma freguesia muito maior! Vera Cruz, que é uma freguesia urbana, em que as pavimentações a maior parte até são feitas pela própria Câmara Municipal de Aveiro, não tem valetas para reparar, não tem caminhos rurais, olhe veja lá, Vera Cruz é uma freguesia que mesmo assim ainda recebeu cinquenta e dois mil euros — tanto como Nossa Senhora de Fátima, com uma área semelhante e tantos caminhos rurais para reparar.*

*Com isto tudo aquilo que eu quero questionar o Senhor Presidente da Câmara é: porquê continuar a beneficiar desta maneira as Juntas de Freguesia do Partido Socialista?*

*E por isso é só para os senhores verem, para os senhores verem, que os números são o que são e nós podemos vê-los da maneira que quisermos.*

*E por isso, os senhores do Partido Socialista tiveram a sua versão, eu também tenho a minha versão. Cada um pode ver por onde quiser. Agora o que é um facto, é que eu tenho a certeza absoluta e todos nós temos a certeza absoluta de que o Senhor Presidente da Câmara quando lançou este programa “Juntas por Aveiro” tenho a certeza absoluta que falou com todos os senhores Presidentes de Junta.*

*Tenho a certeza absoluta que lhes propôs a todos exactamente a mesma coisa. E então depois o senhor Presidente da Junta é capaz de fazer o favor de me questionar e depois eu voltarei a responder ou alguém por mim que possa dar esses números por concreto, porque conhecendo eu o Senhor Presidente da Câmara, tenho a certeza que trata todos os Senhores Presidentes de Junta exactamente da mesma maneira. Agora há uns que arriscam mais, há uns que são mais arrojados chamemos-lhe assim. E compreendo que o meu colega Victor Martins, por uma questão de modéstia, tenha utilizado a palavra sorte, logo apropriada por os nossos colegas da oposição. Mas o que é um facto é que há aqui um arrojo por parte de alguns Senhores Presidentes de Junta que aceitaram o desafio da Câmara. Há outros que só quando viram os outros é que aceitaram, mais tarde. De maneira que essas obras hão-de ficar com despesas de 2010 e não de 2009. Não tiveram azar, se calhar não tiveram unhas para tocar guitarra. Mas estas coisas são assim. É assim que estas coisas acontecem. E por isso só para realçar este facto que vem de acordo com aquilo que é a política desta Câmara, que é uma política de descentralização junto das diferentes Juntas de Freguesia, para que possam cada um à sua maneira poder realizar obra nas suas freguesias. E já aqui foram referidas por vários Presidentes de Junta, que realmente não estão descontentes, antes pelo contrário, estão muito contentes nestas Delegações de Competências.*

*Também outra factualidade tem a ver com aquilo que o Revisor Oficial de Contas escreve e diz no ponto 8 das reservas, que do exame, anotamos ainda que existem dívidas a pagar num montante de cerca de 21 milhões de euros, ou seja é engraçado não é? Como é que o Revisor Oficial de Contas, se tivesse a razão, se soubesse... (ouvem-se vozes) Mas eu tenho sempre aqui este eco é? Não sei porquê, mas é um eco que me sai aqui com voz de trombone. Várias*

vezes que eu falo acontece-me sempre isto. Senhor Presidente faça favor de cortar aí o som de maneira que este eco não volte está bem?

Para que eu possa explicar realmente a toda a gente que me queira ouvir, possa explicar aquilo que eu gostaria de dizer não é. E aquilo que eu gostaria de dizer e de reflectir com esta Assembleia tem a ver com exactamente esta dívida que o Revisor Oficial de Contas coloca. É dizer que existem dívidas a pagar num montante de cerca de vinte e um milhões de euros. É engraçado porque é que o Revisor Oficial de Contas, se tivesse a certeza de quanto é que era a dívida devia dizer, são tantos milhões, tantos milhares e não sei quantos euros e não sei quantos cêntimos! Era assim que se devia dizer.

O que é que acontece? O que acontece foi aquilo que já foi explicado por esta Câmara e que nem todos gostam de ouvir é que há determinadas dívidas que vêm do passado e que nós ainda não temos a certeza (pois é verdade, é verdade, custa, custa, custa muito) que passado este tempo todo existam ainda problemas em Tribunal.

Então estava eu a dizer que dívidas como por exemplo aquela da construção dos arruamentos do estádio e do edifício da Câmara Municipal, que deviam ser pagos apenas cinco milhões de euros à empresa que construiu, e que afinal nós vamos pagar nove milhões de euros!?! São dívidas que a Câmara por mais que queira pagar não as pode pagar. Eu já aqui expliquei nesta Assembleia Municipal, não sei se o eco já ouviu e se pode reproduzir aquilo que eu vou dizer, mas eu vou voltar a repetir, que é para ver se pelo menos o eco responde àquilo que eu estou realmente a querer dizer e a questionar. E aceito que possam depois chamar os nomes todos que quiserem, podem chamar todos os nomes que quiserem. Há certas coisas que o eco faz ricochete e por isso não afecta que é o seguinte: a Câmara Municipal de Aveiro tem dívidas que por mais que queira pagar não pode pagar — e não pode pagar porquê?

Porque aí ainda não está aprovado qual é o montante da dívida. E aqui tomo como exemplo o caso da Somage que já aqui foi explicado nesta Assembleia que é, haver uma dívida de quatro milhões que entretanto por causa dos juros que se foram acumulando, porquê? Porque aquela obra foi feita, mas na realidade não foi feito concurso. Conclusão: O Tribunal de Contas não deixou que aquela obra fosse paga e a Câmara Municipal de Aveiro reconhece a dívida, quer pagar a dívida, mas o Tribunal de Contas não deixa que a Câmara pague a dívida.

O que é que se faz num caso destes? Vai-se para Tribunal e como se vai para Tribunal. Essa questão é preciso que a Câmara vá para Tribunal, seja considerada ré, aceite que é ré, aceite pagar que em Tribunal, poder então aceitar que a Câmara pague a sua dívida.

Isto é um exemplo de um outro exemplo, é o exemplo da REFER. Por exemplo a Câmara Municipal de Aveiro acertou com a REFER, que a REFER devia fazer não sei quantas obras. Essas obras foram feitas? Foram. Já apresentou a conta à Câmara? Não. Mas vai apresentar? É natural que sim. Agora quanto é que custam essas obras? Não sabemos!

Ou seja, quer dizer que há aqui ainda uma série de montantes que a Câmara não tem a certeza de qual é a realidade da dívida. Por isso, este género de questões, não podem aparecer nas Contas. E o Revisor Oficial de Contas não faz mais do que denunciar esta situação (ouvem-se vozes). Pode-me chamar o que quiser, estamos numa Assembleia, pode-me chamar o que quiser! Eu estou a ser insultado! Estou a ser insultado e por isso... Eu sei que esta Assembleia quando tem aqui determinado tipo de pessoas desce o seu nível e lamento que isso aconteça. E lamento que o Partido Socialista tenha voltado àquilo que nos habituou no último mandato. Eu pensei que tivesse aprendido com o último mandato, em que há determinada oposição que se for construtiva podem tirar louros disso, mas se é uma oposição destrutiva, como está a acontecer aqui e como já, olhe já me estava a desabituar, infelizmente aqui voltou a acontecer, já me estava a desabituar e nos últimos meses estava contente com a maneira como a oposição do Partido Socialista estava a ser conduzida. Infelizmente voltámos outra vez ao passado. Bom, tirando este aparte que me parece que era relevante de poder fazer, gostaria de voltar àquilo que estava a referir-me que era a análise que faço enquanto cidadão livre desta

*Assembleia Municipal, que faço às Contas da Câmara, e ao Relatório de Actividades da Câmara. E gostava de me referir ao Inventário dos Bens da Câmara.*

*O Inventário já veio a esta Assembleia. Eu lembro-me aliás está no próprio Relatório de Actividades da Assembleia Municipal de 2009, há aqui um ponto em que fala que realmente veio à Assembleia o Inventário dos Bens. De maneira que nós já tivemos conhecimento do Inventário dos Bens. Agora se não queremos ter conhecimento é outra coisa, não temos conhecimento.*

*Agora o que é um facto é que temos conhecimento. Aqueles que querem ter conhecimento têm, porque esse inventário veio a esta Assembleia. Veio. Mas veio a esta Assembleia e o inventário não se alterou porque os bens são os mesmos desde o ano passado até este ano.*

*Bom, posto isto em relação ao Relatório, o meu colega Manuel Prior já teve o cuidado de detalhar aspectos que nós consideramos essenciais para este município ter progredido.*

*Nós consideramos que há um progresso sustentado deste município de Aveiro. Houve um processo de reequilíbrio financeiro do município. Há uma moralização daquilo que são as prestações de Contas. Há um caminhar para a legalidade plena e para o bom senso da apresentação das Contas deste município. Há o aproveitar todas as oportunidades, em relação a potenciais financiamentos que a Câmara possa ter através de ajudas financeiras de fundos comunitários e de fundos governamentais. Há o interactuar com as diferentes associações, de maneira a que a Câmara àquilo que seja, é um mero facilitador de uma série de processos que as diferentes associações podem conseguir. São estes aspectos que nós realçávamos.*

*E por isso, quando dizia (e só para terminar) o meu colega de Assembleia Marques Pereira “queremos que a sorte nos bata à porta”, pois posso-lhe dizer: a sorte já nos bateu à porta, por termos cá o Dr. Élio Maia. Muito obrigado.”*

Vogal Romana Fragateiro (PS) <sup>059</sup>

Vogal João Barbosa (PS) <sup>060</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) <sup>061</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara <sup>062</sup>

*“Senhor Presidente, senhores deputados, três ou quatro questões antes de passar aos senhores vereadores para prestarem esclarecimentos adicionais. Primeira questão, facturas na gaveta, facturas escondidas! Aquilo que nós estamos é a encobrir. Que afinal não está muito bem coberto.*

*Está tão coberto que sabemos que são vinte e um milhões. E não estamos a esconder, porque sabemos que são vinte e um milhões.*

*Eu apenas há três horas, ou há três horas e pouco, no termo da minha Comunicação que tive aqui para com a Assembleia, na apresentação do documento, concluía mais ou menos desta forma: as contas estão mais claras, mais credíveis, mais transparentes, mais verdadeiras. Concluía assim. É verdade que (e penso que ainda se recordam) ainda não foi possível incluir os valores da REFER e que existe um caminho a ser trilhado e aperfeiçoado no âmbito da valorização patrimonial. Mas isto é esconder? Dizer aqui perante a Assembleia, antes da análise feita pelos senhores deputados, de que não está incluída a REFER e que há uma questão ainda de valorização patrimonial que tem que ser assim dirimida para ser resolvida!?*

*Penso que a primeira conclusão que se tira é: não estamos a esconder rigorosamente nada. E parece importante também esclarecer o que é isso da REFER. Porque parece que foi um problema que nós inventámos e é importante saber.*

*Saber que este problema é um problema com muitos anos. É um problema que deriva de um protocolo que foi assinado entre a Câmara, entre o município e a REFER, no qual sem grandes quantificações ou avaliações a REFER assumia o compromisso de realizar a*

*passagem inferior na Estação e as avenidas que foram construídas, mais a rotunda, mais outras obras — e depois mandava a conta para a Câmara pagar!*

*Já foi no nosso mandato que fomos distinguidos com a recepção da factura da REFER. E a factura da REFER é qualquer coisa como um valor que rondará os quinze milhões de euros (o valor que recebemos para pagar).*

*É evidente que nós respeitamos muito a REFER. É evidente que nós respeitamos muito os compromissos assumidos. Mas também é evidente de que não é de ânimo leve que vamos aceitar que temos que pagar quinze milhões! Há muito trabalho que tem que ser feito e já foi feito algum, no sentido de nós podermos chegar a um entendimento e a uma validação desses valores.*

*Não sabemos ainda bem os valores dos Activos e por isso neste momento não é, muito embora o problema existe, a gente o conheça, ele esteja identificado, ele seja anunciado e ele seja divulgado, portanto não é escondido. Não há condições técnicas para que ele possa ser como é nosso desejo e como está aqui assumido e já foi aqui assumido por nós, devidamente lançado na contabilidade.*

*Esses protocolos eram possíveis fazer-se na altura porque não havia ROC, não havia ninguém, uma entidade externa que fiscalizasse as contas.*

*Também podia referir, porque é a única questão que falta aqui e do que falta na contabilidade. No essencial falta a REFER e falta a SOMAGE, no essencial faltam estas duas questões.*

*Em termos de valores dizer que, como sabem da SOMAGE transitaram para nós nove milhões de dívida que tínhamos que pagar. Dizer-vos que grande parte desta dívida já está completamente resolvida, já houve entendimento.*

*Dizer-vos como foi dito há pouco que estas questões quando nós temos uma dívida, o problema primeiro é a dívida. O segundo problema se calhar mais importante que o primeiro são os 11% de juros que a dívida aumenta em cada mês, em cada ano, em cada dia que passa.*

*Quanto ao Património dar esta explicação que é importante, que foi objecto de conversas naturalmente com os ROC. Há no Património e está a ser dirimida essa questão, a forma de obter os valores do Património.*

*É assim. A decisão política, em relação ao inventário que se faz é: faça-se o inventário, para se apresentar à Câmara, e apresentar à Assembleia Municipal. Naturalmente que não são os políticos que vão fazer um inventário que deve ser feito. E há aqui uma questão, há uma dívida, e há dois entendimentos diversos quanto à forma desse inventário e dessa valoração. Há quem defenda que o valor deve ser o valor do mercado, porque corresponde à verdade daquilo que se passa. E há quem defenda que o valor que deve constar no inventário, deve ter a ver com os índices das Finanças que são atribuídos pelas Finanças. Isto dá valores diferentes. Há dois entendimentos, cada uma das partes tecnicamente suportada com diversos pareceres e é evidente que esta questão tem que ser dirimida, tem que ser resolvida.*

*Portanto há neste momento, o que prevaleceu, foi uma valorização do Património, que está aí, que espelhe o valor do mercado. Mas há também (e é assumido pelo ROC) uma subavaliação do património. Há também uma subavaliação dos valores do património, porque ainda não é possível (e como sabem só no ano passado penso que foi o ano passado pela primeira vez o inventário foi completamente elaborado e foi aqui apresentado), é natural, e falta ainda muita coisa para ser lançada no inventário patrimonial do município.*

*Portanto há esse caminho feito e estamos convencidos que a subavaliação é maior do que a sobrevalorização. Mas acreditamos que nas próximas Contas essa questão estará dirimida. Segundo aspecto, quanto à taxa de execução orçamental. Em Dezembro de 2008, quando foi apresentado o Plano de Actividades e o Orçamento para 2009, documento que agora está a ser objecto da nossa análise, foi aqui dito nessa altura que aquele Orçamento que estávamos a apresentar para o ano de 2009 não era o nosso Orçamento.*



*Aquele Orçamento não era verdadeiro! Aquele Orçamento não era real. E porquê? Porque como sabem, por Lei, somos obrigados a inscrever nos Orçamentos todas as dívidas que o município tem.*

*E dissemos aqui claramente que na altura, um Orçamento que rondaria os cento e setenta milhões, teria cinquenta milhões de verdade (mais ou menos) e teria setenta milhões que éramos obrigados por Lei a ter que sobrevalorizar.*

*Tenho essa sensação, que em Dezembro de 2008, ao prestar o documento pedi assim: é bom que este aspecto, este ponto de partida, seja tido em atenção porque naturalmente vai inquirir essa análise que estamos a fazer neste momento.*

*Terceiro aspecto, quanto ao custo da operação de saneamento, os tais quarenta milhões que foram utilizados. Tem custos é verdade. Como sabem, em função da última deliberação que foi tomada aqui pela Assembleia Municipal, terá neste momento juros que rondarão 2,73% (andarão próximos do 3%). Esses são os dados que esta operação “lesa Aveiro” de saneamento que foi negociada por nós — são os custos que ela tem, portanto 2,73% - 3%.*

*Mas há aqui algo que está a ser “omitido, escondido, metido na gaveta”. Quando se fala assim nos custos que tem esta operação de saneamento, estamos a esquecer uma outra análise: quanto é que nos custariam esses quarenta milhões que foram pagos se não tivessem sido pagos?*

*E para termos naturalmente o valor real, se quisermos ser sérios, temos que dizer assim: a operação de saneamento custa-nos tanto, este valor de 2,73%, mas se não tivéssemos pago os quarenta milhões por aquelas dívidas, isso representava que tínhamos que pagar juros a 11% o não ser pago.*

*Portanto há aqui, embora o gasto 2,73%, mas há objectivamente uma poupança do município de cerca de 8%. E 11% num valor de quarenta milhões significa em ano e meio qualquer coisa como seis milhões ou mais de seis milhões, que estavam aqui em causa e que nós teríamos que pagar.*

*Isto é a situação com que ficámos. Foi uma situação descontrolada porque tínhamos que pagar juros de 11%. A situação que temos neste momento, embora difícil, é uma situação que pelo menos é do conhecimento de todos e é uma situação que está à vista de todos e é uma situação que começa a ser controlada.*

*Último aspecto, certificação de Contas. Este é o segundo ano penso que é o segundo ano que as Contas vêm à Assembleia Municipal, vêm ao órgão máximo, devidamente analisadas, aprofundadas e validadas por uma entidade externa com competência reconhecida.*

*Penso que foi das melhores decisões que nós tomámos no executivo. O Inventário de Bens era obrigatório há muitos anos ser apresentado na Assembleia Municipal e durante muitos e muitos anos, passaram dois mandatos inteiros, e esse inventário nunca foi apresentado. Portanto não é fácil as lições virem desse lado. Há alguma coisa de receber lições de quem esteve na prática e teve esse procedimento. Foi uma das melhores decisões que tomámos por respeito aos aveirenses, por respeito à Assembleia Municipal. Temos um documento à nossa frente que elenca aquilo que ainda não está bem. Excelente. Essa é a única forma de nós podermos pôr as coisas bem, ter a coragem de ter uma entidade externa, que alerta para os problemas, que informa os órgãos competentes do município para que no futuro as coisas corram melhor.*

*É possível logo no primeiro ano que tudo se faça logo certo? Penso que é impossível. É possível no segundo ano que tudo esteja certo? Já é mais possível, mas também ainda é muito difícil. Acreditamos que o segundo está melhor do que o primeiro já. E acreditamos que o terceiro em termos de certificação pelos ROC vai estar muito melhor que o segundo.*

*E acima de tudo o importante, mais importante do que isso é o caminho que está definido com os ROC, com essa entidade externa a ver as Contas, podemos ter a certeza e vamos ter sempre Contas complexas e difíceis e com muitos problemas, mas Contas muito claras, muito transparentes. E acreditamos que antes de chegarmos ao fim do mandato havemos de estar*

*aqui nesta Assembleia, e depois deste percurso todo que fizemos, podemos dizer assim: está aqui tudo! Esse é o nosso dever.”*

Vereador Carlos Santos <sup>063</sup>

Vereadora Ana Neves <sup>064</sup>

Vereador Pedro Ferreira <sup>065</sup>

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>066</sup>

*“Senhor Presidente, senhores deputados. Nada, e posso eventualmente ter estado momentaneamente distraído, mas não percebi das intervenções da Câmara e das intervenções dos deputados da maioria, nada que correspondesse àquilo que é a questão essencial da minha intervenção e que é: como é que é possível no ano em que entram quarenta e um milhões destinados a consolidar a dívida de curto prazo, que a dívida de curto prazo tenha aumentado!?”*

*É esta questão que não teve resposta em nenhuma intervenção! Em nenhuma!*

*E é nesta realidade que eu sustento a afirmação de que estamos perante uma situação de desastre. De desastre. Quarenta e um milhões de euros para resolver a dívida de curto prazo, a dívida de curto prazo aumentou!*

*Por isso Senhor Presidente, senhores deputados, há vários anos, há dez, tomando nota da situação que as Contas do município indicavam e que alertavam para situações e problemas que até então não existiam (que até então não existiam), alertei para a situação, insistindo até, que a Câmara Municipal de Alberto Souto e do PS reconheceu essa realidade — e vieram em 2001 as trinta medidas de saneamento financeiro. Um exercício de mea-culpa, claramente insuficiente, e que na altura sublinhámos que era insuficiente.*

*A evolução posterior infelizmente deu-nos razão. E chegámos à derrapagem e à situação financeira que continuou durante toda a década. Reivindicámos há muito tempo por um Plano de Saneamento Financeiro ainda esta maioria não o imaginava sequer ser. Reivindicámos esse Plano no anterior mandato. Esta maioria avançou para um Plano que em nosso entender não era o Plano necessário e dissemo-lo de uma forma muito clara. Até porque onze anos para cinquenta e oito milhões, acaba por ser muito pouco tempo — devia ser um contrato pelo menos com vinte anos para as amortizações. Mas a Câmara afirmou que servia...! Mas o período de carência em que estamos devia ser aproveitado para a transformação da dívida de curto prazo em dívida de médio longo prazo e fazer as transformações estruturais que permitissem melhorar a situação financeira estrutural. Será que alguma coisa foi feita nesse sentido?*

*Dizem os senhores vereadores, o Senhor Presidente, que vai ser preciso esperar mais um ano ou dois. Eu digo que não. Não, não é preciso esperar um ano ou dois, os sinais estão aí. E ou tomam consciência da gravidade da situação e avançam para medidas de emergência, ou de facto dentro de um ano estaremos pior, dentro de dois muito pior.*

*Eu lembro que o período de carência termina mais ou menos dentro de dezoito meses. Um ano e meio. Isto é, em 2012 já estamos a pagar amortizações deste empréstimo e as amortizações deste empréstimo são na ordem dos cinco, seis milhões de euros ano — mais milhão, menos milhão é à volta disto.*

*Portanto há uma situação muito complicada que tem de ser atacada. Portanto até podemos admitir que está esclarecido os vinte e um milhões de euros, que estão esclarecidos — é o problema da REFER e é o problema da SOMAGE. Depois se o acerto final não for de vinte e um milhões, se calhar serão dezoito, quinze, dezassete, não interessa, a realidade é que aumentam à dívida que existe. Aumentam à dívida que existe.*

*Portanto não vêm trazer nenhuma melhoria quando for clarificada a situação. Portanto temos uma situação muito complicada, muito complicada. E temos também em conta que a senhora vereadora diz que os compromissos assumidos e não pagos, poderão ser reflectidos não em 2010 mas nos anos posteriores — mas a grande maioria é reflectida já em 2010 e de certeza estará de acordo com isto.*

*Portanto temos um conjunto de situações que traduzem uma situação muito grave, um conjunto de informações que traduzem uma situação muito grave e que exigem um plano de emergência e um verdadeiro Plano de Saneamento Financeiro ao nível das receitas e despesas do município.*

*Mais uma vez é por aqui, é nisto que ponho ênfase. Depois as questões de detalhe. Se as Contas deviam ser assim ou assado.... Bem, o que é claro também é que o Revisor recomenda uma aprovação com reservas. Ora não há forma de expressar as reservas! Não temos forma de expressar as reservas — ou aprovamos ou reprovamos.*

*E tendo em conta também as considerações de carácter jurídico que aqui foram formuladas, eu não vejo outra posição possível que não seja votar contra.”*

(Entretanto saiu da sala o Vogal João Pedro Rodrigues dos Santos Dias)

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>067</sup>

*“Sinto complexidade pela justificação para os vinte e um milhões e depois para os trinta e seis (acho eu). O que é? Não sabemos bem. Por isso não pomos, mesmo quando o executivo admite que no caso dos trinta e seis milhões muito provavelmente se vão realmente transformar em dívida — eu acho isto fantástico! Nós não sabemos bem. Não sabemos bem por isso não pomos.*

*Depois gostava de falar essencialmente da taxa de execução que foi baixa. E que foi baixa em questões do objectivo social gravíssimas. E eu queria apontar só como exemplo, por exemplo uma linha referente às refeições escolares. Está previsto setecentos e cinquenta e dois mil euros - executado dois mil cento e trinta e dois euros e doze cêntimos!?! Ou seja, cortou-se nas refeições escolares qualquer coisa como setecentos e cinquenta mil euros em setecentos e cinquenta e dois mil não é?*

*Depois também se disse aqui que a dívida de curto prazo passou em larga escala, passou para a dívida de médio a longo prazo. Mas mesmo assim a dívida de curto prazo aumentou. A única conclusão que eu tiro daqui é que há aí alguma confusão. E pronto, muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>068</sup>

*“Senhor Presidente, duas ou três notas àquilo que a Câmara disse. Uma das coisas que a Câmara diz é que existe uma crise generalizada e, portanto, essa crise também chegou aqui à Câmara de Aveiro.*

*De facto existe uma crise mundial, europeia, portuguesa. Mas a grande diferença entre a crise europeia, a crise portuguesa e a crise da Câmara de Aveiro, é que a Europa e Portugal estão a tomar medidas. Estão a tomar medidas e algumas delas bem difíceis de tomar. Aveiro aprovou o tal célebre Plano de Saneamento Financeiro que de facto é um documento inexistente, porque dele não resultou nada a não ser a possibilidade de retenção de um empréstimo bancário. Empréstimo bancário que é para transformar o curto prazo em médio longo prazo! Era um empréstimo de consolidação de Passivo de curto prazo, só que é que não aconteceu. Pelo contrário, o Passivo de curto prazo aumentou como está obviamente bem claro — e isso sim transparente nas Contas.*

*Falemos de transparência. Diz-se aqui que as Contas e que é tudo transparente. Eu a única coisa que vi de verdadeiramente transparente foi o relatório do Revisor de Contas. Porque no resto parece que as coisas só estão agora a aparecer.*

*Nada é transparente de facto nas contas. E começemos pelo inventário. O inventário deveria ser como aquele que nós aprovámos aqui, que tinha uma classificação, tinha a descrição e o valor. Nós sabíamos ao olhar por exemplo aqui para a avaliação do domínio privado, e víamos no inventário: número de ordem 129, localização Cacia, valor seiscentos e quarenta e seis mil euros. Isto foi aqui apresentado, foi aprovado. Mas depois foi imediatamente retirado porque estava na Net.*

*Na altura perguntei porque é que foi retirado. Disseram: porque é um documento importante de consulta obrigatória, disseram que tinha de ser retirado porque assim era muito mais fácil para quem quisesse exercer uma acção sobre a Câmara, nomeadamente uma penhora, tinha acesso muito mais facilmente aos Bens da Câmara e podia penhorar com muito mais propriedade.*

*Agora, nada justifica que este inventário que advém nestas Contas, não traga a descrição clara daquilo a que de facto respeita. Aqui diz: é o 25427, mas o que é aquilo? Um fontanário? Uma rua? Uma estrada? A regueifa do Estádio? Temos que saber isso exactamente — e espero que nas próximas Contas isso já aconteça.*

*Quanto à certificação legal das Contas. No jargão técnico existem contas limpas, com uma certificação limpa e contas sujas. Contas limpas são aquelas em que o Revisor diz assim: “ em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes da posição da empresa, do organismo etc”. As sujas (e depois há umas mais sujas do que as outras), são aquelas que têm por um lado, podem ter reservas — que são as coisas mais gravosas. E depois podem ter outras coisas que efectivamente também sujam o documento, mas são menos gravosas do que são as ênfases.*

*Ora se nós olharmos para as “reservas”, que são a bem dizer uma página no documento, nós verificámos que existe a “reserva” dos vinte e um milhões de euros; existe (contrariamente ao que disse o Senhor Presidente, que mais uma vez meteu os pés pelas mãos), diz que relativamente ao Imobilizado há uma sobrevalorização.*

*O Senhor Presidente disse que havia uma subvalorização, mas eu até reconheço enfim, que ele não é especialista, ele deve estar a dizer “há certamente alguns bens que ainda não estão inventariados.” Talvez seja isso a que ele se refira, porque de facto não vejo aqui qualquer referência do ROC de que aqui existe subavaliação. O que existe relativamente ao que está inventariado segundo o ROC são sobreavaliações. Obviamente, subavaliações no património e subavaliações nas amortizações deste mesmo património, quando ela é sujeita a amortizações. Mas se lermos o ponto 7.1 verificamos que diz aqui “no relatório de gestão encontra-se elencado um conjunto de processos em contencioso, os quais face à sua natureza e aos elementos que se encontram actualmente disponíveis, não nos permite avaliar nem o tipo de desfecho, nem fazer uma estima fiável do eventual Passivo à data de referência das demonstrações financeiras.” É que além dos 21 milhões e mais dos trinta e seis milhões, é que ainda há aqui uma zona muito nebulosa duma série de processos fiscais que nós não sabemos o que é que vai dar. Pode dar penalidades grandes à Câmara ou não.*

*Relativamente aos 21 milhões do ponto 8. Eu não quero obviamente dar lições nesta matéria, mas parece-me se já há as facturas, se já há um valor (e até porque elas não vão ter influência nos Resultados, porque há um aumento de Activo e um aumento de Passivo) deveriam ter sido lançadas como facturas em conferência. Porque é que não foram lançadas como facturas em conferência? Se tivessem sido lançadas não estava aqui esta “reserva” do ROC. Portanto é uma forma de ir limpando esta certificação de Contas de modo a ficar limpa. Esta claro que depois existe uma ênfase que releva um problema ainda maior, porque diz assim: há 36 milhões de euros que ainda não são dívida, mas que certamente se transformaram em dívida*

*ou Passivo no curto prazo. E por isso, deveriam ter sido (se tecnicamente estivessem a fazer bem), deviam ter sido provisionados!? Como a senhora Vereador disse que parte deles ou grande parte deles se transformam em dívida a curto prazo, então não fazem as respectivas provisões? Lá está, mais uma ênfase que podia ter sido evitada.*

*Quanto ao Dr. Pedro Ferreira que diz que só em 2013 é que vamos ter os resultados do Plano de Avaliação Financeira, é preciso não esquecer, que no Plano de Saneamento está previsto que é em 2013 que se vai concessionar o Estádio por 65 milhões de euros!?*

*Nessa altura se receber efectivamente os 65 milhões de euros, talvez se pague parte das asneiras que agora se ande a fazer. Não se esqueçam de uma coisa que é fundamental, de facto, em termos de resultados, há um prejuízo acumulado nestes dois últimos anos de 40 milhões de euros (mesmo sem considerarmos estas coisas que estão para aqui). 40 milhões de euros que o município ficou mais pobre! Está claro que se o município ficou agora mais pobre 40 milhões de euros não me venham cá com a ideia — o Presidente tinha dito há três anos que o Passivo era de 300 milhões! Não, não. O Passivo do grupo municipal é agora de 300 milhões.”*

(Entretanto saíram da sala os Vogais João Alberto Simões Barbosa e Manuel Vieira dos Santos)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: <sup>069</sup>

*“Senhor Eng.º Carlos Santos, eu não dou à sola. Eu não tenho medo de um bom confronto político consigo, como o senhor sabe, já me conhece. Eu não tenho medo disso.*

*E quando eu lhe faço as perguntas o senhor já devia saber que eu normalmente aguardo sempre pelas suas respostas. E foi uma situação ponderosa e familiar que me fez sair, que depois se quiser pessoalmente lhe dou esse esclarecimento.*

*Mas gostava de lhe dizer também o seguinte: quem dá à sola é o Senhor Presidente de Câmara. Porque o Senhor Presidente de Câmara na reunião de Câmara que tratou desta questão das Contas deu à sola, não apareceu lá, não pôs lá os pés. Como dá à sola nas reuniões de Câmara nos Orçamentos. Como dá à sola em outras situações! Como dá à sola no PROT onde o Senhor vai! Como dá à sola na CIRA. Nós no PS não damos à sola. E só de facto questões ponderosas e pessoais é que nos fazem sair.*

*Outra questão. Os esclarecimentos que o senhor deu acerca do PDM e acerca do PROT são absolutamente insuficientes, tardios, muito tardios e insuficientes.*

*Nós desconhecemos em absoluto um esquiço, um esquiço, do que é que está previsto em termos de referência do Plano Regional de Ordenamento do Território.*

*Nós desconhecemos e esta Assembleia desconhece, qual o andamento da revisão do Plano Director Municipal. E pasme-se, foi na discussão do Relatório de Gestão e Contas, que pudemos ter um mínimo de discussão sobre isso!? O mínimo de discussão sobre isso! Nas Contas senhor Eng.º!? Nas contas! O senhor tinha a responsabilidade de vir aqui dizer mais pormenorizadamente quais são as preocupações da Câmara e da linha política. Porque o elogio que aqui foi feito ao seu colega de vereação Miguel Fernandes não é aquilo que o senhor diz da política que nós utilizamos. De dividir. Não. Foi a verdade. O vereador Miguel Fernandes explanou aqui um conjunto de preocupações que têm a ver com um pelouro que ele tutela que é a gestão urbanística — e está carregado de razão. Porque o Regulamento do PDM entrona precisamente com as decisões que ele tem que tomar dia-a-dia e, portanto, os encómios que lhe fiz acerca das reflexões que ele nos aqui trouxe são justos.*

*O senhor é que nunca trouxe nestes anos que eu convivo consigo com muito gosto nos órgãos autárquicos.*

*Por último, a Câmara de facto neste momento está falida. Eu tenho uma preocupação que é uma preocupação de futuro. Em 2011, a Câmara tem que começar a amortizar o capital do empréstimo. Eu queria saber como é que os senhores vão fazer isso? As receitas diminuem. O*

*Passivo e a dívida aumentam. Como é que os senhores daqui a pouco mais de um ano e meio, como é que vão começar a amortizar o empréstimo dos cinquenta e oito milhões de euros. É só.”*

(Entretanto saiu da sala a Vogal Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha)

Vogal Paulo Jesus (PS) <sup>070</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) <sup>071</sup>

**De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação em separado, o Ponto 5., tendo merecido a seguinte votação:**

- a) <sup>072</sup>**Relatório de Gestão, Prestação de Contas, relativos ao Ano de 2009 da Câmara Municipal, aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD19+CDS6+IND1), zero abstenções e dez votos contra (PS8+BE1+PCP1).**
- b) <sup>073</sup>**Relatório de Gestão e Contas de 2009 dos Serviços Municipalizados de Aveiro, aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD19+CDS6+IND1), nove abstenções (PS8+PCP1) e um voto contra (BE1).**
- c) **Apreciação dos documentos: Balanço Social e Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, 2.º Relatório Semestral de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município.**

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do artigo n.º 93.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, apresentou voto de vencido<sup>074</sup>

*“Peço que a declaração de voto fique registada, nos termos da lei, como voto de vencido.*

*Votei contra na votação da Prestação de Contas da Câmara Municipal para o ano de 2009, dado que os factos indicados nas reservas estabelecidas pelo Revisor Oficial de Contas são substanciais, e não foram resolvidos em devido tempo pela Câmara.*

*Assim, juntando-se a um juízo muito negativo da execução orçamental durante o ano de 2009, fundamentado no aumento do passivo e especialmente no aumento da dívida de curto prazo, e perante a impossibilidade de aprovar com reservas (como sugere o Revisor Oficial de Contas) apenas resulta como possível o voto contra.*

*Um voto que se pretende construtivo no sentido de alertar a Câmara para o reconhecimento da necessidade de atacar o cerne dos problemas, tomando medidas de emergência e avançando para um verdadeiro plano de saneamento financeiro do município.*

Vogal Ivar Corceiro (BE) <sup>075</sup>

*“O Bloco de Esquerda vota contra por umas contas como a taxa de execução que considera baixa e um aumento do passivo que considera grave, sendo que a taxa de execução é baixa em áreas muito sensíveis, para o que é uma política social inclusiva. Além disso considera que o Relatório de Contas não é transparente, no se refere à análise da Sociedade Revisora Oficial de Contas. Muito obrigado.”*

Vogal Inês Abreu (CDS/PP) <sup>076</sup>

*“O Grupo Municipal do CDS/PP votou a favor das duas votações por considerar que o mesmo reflecte a forma correcta de gestão e a dignidade com que esta Câmara pretende gerir o futuro*

*de Aveiro: com mais transparência, com mais rigor, com mais verdade, as Contas municipais.”*

Vogal Raúl Martins (PS) – Nos termos do artigo n.º 93.º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, apresentou voto de vencido<sup>077</sup>

*“O grupo do Partido Socialista votou contra e requer o registo na acta do voto de vencido. E a razão do nosso voto assenta naquilo que eu e os meus colegas de bancada dissemos durante o debate, pelo que requeremos as nossas intervenções em acta.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>078</sup>

*“A bancada do PSD votou a favor o Relatório de Gestão e Prestação Contas de 2009, porque revela a moralização das Contas do município, fruto do processo de reequilíbrio da sua situação financeira. Os projectos municipais de desenvolvimento estratégico e sustentável são co-financiados. O compromisso de solidariedade municipal e as políticas municipais de participação cívica e do reforço do sentimento da comunidade aveirense são o garante de que em 2009, o município de Aveiro tomou medidas e concretizou obras e actividades que beneficiaram a qualidade de vida das pessoas, o bem estar das famílias e que protegeram as finanças municipais. Muito o brigado.”*

**De seguida o Presidente da Mesa<sup>079</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade<sup>080</sup>, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa<sup>081</sup> deu por encerrada a Sessão Ordinária de Abril de 2010.**

**Eram 02:00 horas do dia 11 de Maio de 2010.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(5:30)